

Frente Parlamentar vai fiscalizar projeto do Contorno Norte na Rodovia Dom Pedro I

PÁGINA 4

LDO é aprovada sob críticas contundentes

Oposição contestou os rumos do planejamento e a articulação política

PÁGINA 3

Campinas tem mais duas mortes por gripe

Com isso, só neste ano, cidade conta com 202 casos e 15 óbitos; Prefeitura reforça a importância da vacinação: imunizante está disponível nos 69 centros de saúde municipais

PÁGINA 5

Torneiras furtadas após reabertura da UPA São José

Foram subtraídas de dois banheiros da recepção da unidade de pronto atendimento, apenas quatro dias após o espaço ter sido liberado ao público, depois de obras de reforma e ampliação

PÁGINA 5

GMs buscam novo diálogo com prefeitura

Álvaro Jr./ Câmara Municipal de Campinas



Guardas Municipais criam comissão independente para negociar reivindicações da categoria com a prefeitura; iniciativa ocorreu após sessão na Câmara Municipal, que reuniu cerca de 250 guardas em protesto pacífico. O líder do governo na Casa, vereador Paulo Haddad (PSD-SP), se comprometeu a intermediar

PÁGINA 3

Em SP, Lula deve definir chapa ao Governo e ao Senado

PÁGINA



Agência Senado

Proposta quer rodeios sem maus-tratos mas especialista não contesta

Projeto propõe rodeio 'sem maus-tratos'

Advogada ambiental contesta e alerta para sofrimento inerente a cavalos e bois

PÁGINA 5

Tarcísio inaugura Cidade Saúde em Sta. Bárbara

O governador Tarcísio de Freitas participa nesta quarta-feira da inauguração da Cidade Saúde, em Santa Bárbara d'Oeste. O complexo de R\$ 25 milhões reúne serviços especializados e deve ampliar a capacidade de atendimento no município.

PÁGINA 7

Transferência online de carros sobe na região

PÁGINA 7

Cetesb pode suspender obras na Itanguá

PÁGINA 8

FERNANDO MOLICA

Dona Maria e o fim das UPPs

PÁGINA 2

TALES FARIA

Bolsonaro pode manipular arma?

PÁGINA 2

Tales Faria

Em risco de “confusão cognitiva”, Bolsonaro pode manipular arma?

Provocada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) enviou a seguinte explicação sobre o fato de a polícia ter encontrado uma arma sua no carro de um militar do Gabinete de Segurança Institucional (GSI):

“As medicações psiquiátricas que vinham sendo ministradas ao peticionário [Jair Bolsonaro], capazes de afetar sua cognição — e que, inclusive, foram determinantes no episódio do rompimento da tornozelira eletrônica —, levaram sua equipe de segurança, sem seu conhecimento prévio, a retirar o percussor da arma, tornando-a inoperante.”

É uma explicação no mínimo estranha. Se Bolsonaro está sob efeito de medicações psiquiátricas “capazes de afetar sua cognição”. Ele não devia estar mexendo numa arma de fogo. Os próprios advogados dão a entender que foi por estar sob efeito de medicamentos assim que ele resolveu adulterar a tornozelira eletrônica com um ferro de solda.

Então fizeram bem os seguranças em retirar a tal peça da arma. Para quem não sabe, um percussor (também chamado de percutor ou agulha) é uma peça mecânica essencial abrigada pelo ferrolho móvel na parte superior da pistola Glock 9mm, que é puxado para causar a detonação.

Segundo a defesa, o ex-presidente não sabia da retirada da peça e, por isso, o sargento do Exército Estácio Leite da Silva Filho, que atua na sua segurança pessoal (ex-chefes de stado têm direito a quatro seguranças pessoais), estava levando a pistola para o conserto quando foi detido numa blitz.

Bolsonaro, ainda segundo a defesa, notou que a arma não funcionava “pelo simples acionamento do ferrolho e sem qualquer necessidade de disparo”.

Aqui vale perguntar novamente: por que Bolsonaro acionou o ferrolho? Um argumento usado pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro para convencer Alexandre de Moraes a permitir a prisão domiciliar foi o de que, em casa, ele teria sempre alguém a vigiá-lo.

Digamos que os tais medicamentos tivessem causando algum distúrbio — como, segundo os advogados, pode ter ocorrido no caso da tornozelira —, então era o caso de ter alguém ao lado do ex-presidente, vigiando-o.

Mas digamos que os medicamentos não causaram qualquer distúrbio. Vale, então, perguntar novamente: por que ele puxou o ferrolho?

Os advogados argumentaram ao STF que a manipulação da arma não teve “qualquer relação com a proximidade do término do período de prisão domiciliar humanitária”.

Aí eles tentam responder a uma pergunta explicitada por Alexandre de Moraes: há relação entre o conserto da arma e a proximidade do fim do período de prisão domiciliar, nesta quinta-feira, 25? É uma pergunta interessante, essa deixada no ar pelo relator do processo que condenou Bolsonaro: o que ele queria fazer com a pistola?

Tudo indica que ficaremos sem resposta. Mas há uma pergunta que Moraes terá que, ele próprio, responder: pode Bolsonaro manipular armas estando sob risco de “confusão cognitiva”?

Fernando Molica

Dona Marta e o fim das UPPs

No início de dezembro de 2008, em um almoço de trabalho no Palácio Laranjeiras, Sérgio Cabral, governador do Rio, fez uma declaração bombástica: “Acabou o tráfico no Dona Marta”. Dita para os dois jornalistas convidados — eu e o diretor de redação de O DIA, Alexandre Freeland —, a frase virou destaque na coluna que eu produzia e manchete do jornal.

O anúncio de Cabral antecipava o que viria ser batizado de UPP, Unidade de Polícia Pacificadora. Uma iniciativa baseada no óbvio: favelas deixariam de ser alvo de operações eventuais, responsáveis por muitas baixas e poucos resultados, e, como as demais áreas da cidade, teriam policiamento permanente.

Cabral explicou que a experiência fora iniciada no morro de Botafogo pelas configurações específicas da comunidade — pequena para os padrões cariocas, cerca de cinco mil habitantes — e com apenas duas entradas, uma por baixo e outra pelo alto. Obstáculos naturais e muros impediam sua expansão para as laterais.

O fato de ficar na Zona Sul era outro atrativo para a implantação da nova proposta de policiamento. Área mais rica da cidade e que concentra o fluxo de turistas, serviria de boa vitrine para a novidade — em 1996, Michel Jackson gravara um clipe na favela, que, lá de cima, oferece vista deslumbrante da Baía de Guanabara.

Havia outro componente simbólico. Foi lá que, em 1987, estourara a primeira guerra entre quadri-lhas rivais de traficantes ocorrida fora de bairros mais pobres. O confronto entre Zaca e Cabeludo ocupou o noticiário por vários dias, inaugurou um

tipo de cobertura jornalística específica, que incluiu entrevistas com os protagonistas da guerra.

A repercussão da novidade foi tão boa que o governo inventou uma sigla (UPP) e transformou o improvisado em programa. Os tiroteios acabaram, a criminalidade diminuiu. A lógica do extermínio daria lugar à do patrulhamento permanente; as UPPs não se propunham a acabar com o tráfico de drogas — objetivo ilusório, na favela ou no asfalto —, buscavam interromper a lógica do domínio territorial que leva à compra, porte e uso de armas pesadas, estimula a guerra, provoca mortes e incentiva a corrupção de agentes do Estado.

O maior problema do projeto de polícia de proximidade foi, talvez, o fato de ter dado certo em muito pouco tempo. A inauguração em série de UPPs virou ativo político e eleitoral, a ausência de um planejamento mais consistente permitiu que traficantes migrassem para comunidades não beneficiadas pelo programa, também houve falta de investimentos sociais. Além disso, a pacificação de favelas contrariou interesses dos que, fora do morro, lucram com a violência.

Tantos anos depois, as UPPs viraram uma sigla esmaecida, o estado voltou a fazer operações improdutivas, que matam, promovem o caos e procuram colar em policiais e governantes o ilusório carimbo de lutadores implacáveis contra o crime. A mobilização de ontem visava cumprir 44 mandados de prisão: seis suspeitos foram presos, houve pânico, aulas foram suspensas e um trabalhador que estava num ônibus tomou um tiro na perna. Hoje, o comércio de drogas deverá funcionar normalmente no morro.

EDITORIAL

Inverno exige mais do que cobertores

O inverno começou oficialmente no domingo e, com ele, chegam as madrugadas geladas que transformam as ruas em um ambiente ainda mais hostil para quem não tem para onde ir. Enquanto grande parte da população busca abrigo dentro de casa, milhares de pessoas passam as noites expostas ao frio, à chuva e ao vento. Para muitos, sobreviver ao inverno é um desafio diário.

Em Campinas, estima-se que cerca de 1.700 pessoas estejam em situação de rua, segundo os levantamentos mais recentes da Prefeitura e da Fundação FEAC. O número reflete uma realidade que vem crescendo nos últimos anos e que não pode ser ignorada. Por trás das estatísticas existem histórias marcadas pela perda de vínculos familiares, desemprego, dependência química, problemas de saúde mental e outras vulnerabilidades.

Quando as temperaturas caem, o risco aumenta. Todos os anos, cidades brasileiras registram mortes associadas ao frio. Em muitos casos, essas vítimas sequer são identificadas. Partem sem nome, sem família por perto e, frequentemente, sem que a sociedade perceba. São vidas que desaparecem em silêncio, longe dos holofotes e das estatísticas que costumam mobilizar a opinião pública.

Diante desse cenário, as ações anunciadas pela Prefeitura de Campinas para enfrentar eventos climáticos extremos merecem atenção. O pacote inclui medidas como a

criação de refúgios climáticos, ampliação de espaços de acolhimento, instalação de bebedouros públicos e integração entre diferentes setores da administração. Embora muitas iniciativas tenham como foco as ondas de calor, elas também representam uma oportunidade para fortalecer a proteção das pessoas mais vulneráveis durante períodos de frio intenso.

Mas nenhuma política pública será suficiente sem um olhar permanente para quem vive à margem. O inverno expõe uma realidade que permanece durante todo o ano. A falta de moradia, acesso à saúde, oportunidades de trabalho e assistência social não desaparece quando as temperaturas voltam a subir.

Por isso, além das ações emergenciais, é necessário fortalecer programas de acolhimento, ampliar abordagens sociais e garantir que os serviços públicos cheguem a quem mais precisa. A participação da sociedade também é fundamental, seja por meio de campanhas de doação, trabalho voluntário ou simples gestos de solidariedade.

O inverno é uma estação passageira. A vulnerabilidade social, infelizmente, não. Que as baixas temperaturas sirvam de alerta para uma questão que exige atenção durante todo o ano. Porque nenhuma cidade pode se considerar verdadeiramente desenvolvida enquanto parte de sua população continua enfrentando o frio, a fome e o abandono a céu aberto.

Opinião do leitor

Saúde precária

A saúde pública é um dos pilares fundamentais para o bem-estar da população, mas ainda enfrenta desafios importantes em diversas regiões. Problemas como demora no atendimento, falta de profissionais, estrutura insuficiente e dificuldade de acesso a exames e tratamentos acabam gerando insatisfação entre os usuários

Alter Abrahão
Divinópolis - MG

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadrada 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo - SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas - SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO DE CAMPINAS

Álvaro Jr./ Câmara Municipal de Campinas



Conti rechaça LDO 2027 durante sessão que a aprovou

LDO 2027 é aprovada na Câmara sob críticas contundentes

A Câmara Municipal aprovou o projeto que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2027 sob forte crítica da esquerda. A oposição contestou os rumos do planejamento e a articulação política para aprová-lo. Uma das manifestações mais contundentes partiu da vereadora Mariana Conti (PSol-SP), que reprovou a postura do parlamento e a transparência da gestão do Executivo. “O PSOL votou contra porque o projeto de LDO é uma peça de ficção, um fingimento: a Prefeitura finge que planeja alguma coisa, finge que consulta os vereadores, e eles fingem que discutiram um projeto que vem do ano anterior. Mas, a verdade é que, ano após ano, o Legislativo é um cartório do Executivo”.

“Balcão de negócios”

Ainda de acordo com a vereadora, “não há transparência porque é de interesse do governo Dário Saadi (Republicanos-SP) fazer o que quer com a cidade”. Pontua ainda que “a Prefeitura de virou um balcão de negócios” e que isso “não é uma questão pontual; é um projeto, que não tem conserto e precisa ser varrido da cidade. A LDO deveria atender às demandas da população, mas não é”.

Câmara Municipal de Campinas



Gaspar, ex-vereador, poupou R\$ 1 mi da Câmara

Direta também reprova

Mas, as críticas não são apenas da esquerda. Em maio, em entrevista ao **Correio da Manhã**, o analista político Paulo Gaspar, declarou que as audiências de LDO: “funcionam mais como uma peça teatral que os vereadores utilizam para enganar a população” porque “o orçamento municipal já está todo comprometido e planejado de acordo com as despesas obrigatórias e com as demandas já pré-determinadas pelos partidos da base governista, para atender suas promessas de campanha em seus redutos eleitorais”.

Status quo

Já para o vereador Luiz Yabiku (Republicanos-SP), da base governista, “a LDO foi amplamente debatida” e atenta “às três grandes metas para o próximo ano: qualidade de vida, desenvolvimento econômico e sustentabilidade”, apresentando “uma visão ampla do direcionamento que a cidade precisa seguir para utilizar da melhor forma os recursos de 2027”.

PINGA-FOGO

Papel municipal

A responsabilidade pública no enfrentamento das doenças respiratórias manifesta-se por ações concretas de prevenção e assistência, e a prefeitura de Campinas cumpre o papel institucional ao disponibilizar imunizantes contra a gripe nos centros de saúde, facilitando o acesso à população.

Dever coletivo

Além disso, a campanha estruturada e divulgação de dados demonstram o esforço em alertar sobre os riscos das infecções. Mas, a eficácia das políticas de saúde depende da adesão popular. A recusa ou a negligência em relação à vacinação anula o esforço do poder público e eleva os índices de morte.

Dados que alertam

A Secretaria de Saúde confirmou mais dois óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave, causadas pelo vírus da gripe, totalizando 202 casos e 15 mortes só este ano. Ambas as vítimas não haviam tomado o imunizante, e a ausência de vacinação é fator comum na maioria dos casos fatais registrados na cidade.

Dados

No ano passado, Campinas contabilizou 561 pessoas com a síndrome e 69 óbitos, sendo que 54 dos mortos não haviam sido vacinados. Atualmente, os índices de cobertura vacinal entre os grupos prioritários permanecem baixos, com idosos atingindo 54,40% e crianças, 41,60%, expondo a comunidade.

Proteção e prevenção

O imunizante protege contra as gripes A e B, podendo ser administrado simultaneamente a outras vacinas do Calendário Nacional. Hábitos diários, como higienização das mãos, ventilação de ambientes e uso de máscaras em caso de sintomas gripais complementam o cuidado.

Consciência cidadã

A vacinação representa um pacto social indissociável, onde a proteção individual se estende ao bem-estar comum. Diante da estrutura disponibilizada e de óbitos evitáveis, a negligência torna-se injustificável. A prevenção efetiva exige que cada cidadão faça a parte que lhe cabe.



Agentes em manifestação na Casa de Leis campineira

GMs criam comissão para tratar com a prefeitura

Líder do governo na Câmara, Haddad (PSD-SP) tenta mediar

Raquel Valli

Guardas Municipais de Campinas criaram uma comissão independente de seis agentes, sendo dois da ativa e quatro da reserva, para negociar reivindicações da categoria com a prefeitura.

A iniciativa ocorreu após a sessão da última segunda-feira (22) na Câmara, que reuniu cerca de 250 guardas em protesto. O líder do governo na Casa, vereador Paulo Haddad (PSD-SP), recebeu os profissionais e se comprometeu a mediar.

“As reivindicações apresentadas nos parecem bastante justas e vamos levá-las ao Executivo para que seja aberto um diálogo e analisada a viabilidade, inclusive legal, destas demandas apresentadas pela GM”, declarou.

Segundo a comissão, o grupo foi formado após o encerramento das tratativas feitas tanto pela administração municipal, quanto pelo Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas (STMC).

Para o colegiado, a interrupção das conversas é uma retaliação inadmissível, já que manifestações constituem um direito garantido pelo regime democrático de direito.

Reivindicações

A categoria solicita plano de carreira, porque hoje a ascensão hierárquica dos servidores depende de ações judiciais; aumen-

to salarial, pois a defasagem é de 20%, e garantia do ARV (Adicional de Risco de Vida), que equivale a 45% do soldo e é pago há 29 anos. Mas, a continuidade do benefício é questionada pelo Ministério Público no Supremo Tribunal Federal (STF), sob o argumento de que periculosidade é inerente à função.

Embates

Os agentes afirmam que o sindicato encaminhou apenas parte das demandas à prefeitura.

Mas, o STMC afirma ter apresentado de forma oficial cinco reivindicações, escolhidas pelos próprios guardas, relatando avanços parciais e uma reunião agendada para esta quarta-feira (24) com o secretário de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública de Campinas Christiano Biggi Dias.

A interlocução direta dos GMs com o governo foi interrompida pelo vice-prefeito Wanderley de Almeida, o Wandão (PSB-SP), responsável pelas negociações, após um protesto no Paço. Mas, segundo os guardas, a manifestação foi pacífica e organizada pelo WhatsApp, que é gerenciado pelo próprio comando da corporação.

A prefeitura confirma que a manifestação motivou a suspensão do diálogo, destaca investimentos recentes na corporação e informa que o projeto do plano de cargos está sendo finalizado.

Por Moara Semeghini

A Câmara Municipal de Campinas aprovou a criação da Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Contorno Norte de Campinas. Proposto por meio de um requerimento do vereador Wagner Romão (PT), que assumirá a presidência do colegiado, o grupo de trabalho tem como principal objetivo abrir um canal formal de debates e monitoramento rigoroso em relação ao projeto de implantação de uma nova rodovia de 32 quilômetros de extensão. O traçado planejado atravessa os municípios de Campinas, Paulínia e Sumaré, gerando intensos debates por prever intervenções em áreas que atualmente correspondem a patrimônios protegidos, trechos tombados, polos de pesquisa e zonas de sensibilidade ambiental.

A Frente Parlamentar no Legislativo campineiro é um instrumento composto por vereadores de diferentes legendas partidárias. A intenção é articular uma atuação política coordenada para acompanhar a evolução do projeto, sugerir diretrizes e propor políticas públicas que resguardem os interesses da população e o patrimônio regional. “Temos uma profunda preocupação com os severos impactos sociais e ambientais que podem ser provocados na execução do atual projeto do Contorno Norte. Queremos acompanhar o tema de perto e, ao lado da sociedade civil, pensar em iniciativas para que possamos proteger nosso patrimônio ambiental, arquitetônico e ferroviário e, quem sabe, buscar uma solução, que pode passar até pelo cancelamento do projeto”, afirmou o vereador Wagner Romão.

A iniciativa coincide com a decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) do Estado, que no final de maio determinou a suspensão temporária dos estudos do projeto por 90 dias.

Projeto viário e gargalo

O Governo do Estado de São Paulo recebeu recentemente os estudos técnicos voltados para a viabilidade do chamado Contorno Norte da Rodovia D. Pedro I (SP-65). O empreendimento foi projetado como um novo anel viário com o intuito de desviar o tráfego pesado de caminhões e veículos de grande porte do trecho urbano da rodovia em Campinas, atualmente apontado como um dos pontos de maior saturação viária e congestionamento de toda a Região Metropolitana.

Tanto o projeto funcional quanto o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) foram desenvolvidos pela concessionária Rota das Bandeiras, empresa responsável pela administração do Corredor Dom Pedro, atendendo a uma solicitação expressa da Secretaria Estadual de Parcerias em Investimentos (SPI).

A proposta detalha a construção de um corredor rodoviário de aproximadamente 32 quilômetros. De acordo com as diretrizes preliminares, o traçado teria início na intersecção da Rodovia D. Pedro I com o Anel Viário Magalhães Teixeira (SP-083), nas proximidades do distrito de Sousas, em Campinas. A partir dali, a nova pista seguiria até o entroncamento com a Rodovia Anhanguera (SP-330), prevendo também conexões intermediárias com a Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP-332) e com a Rodovia Governador Adhemar Pereira de Barros (SP-340), cruzando territórios geográficos de Cam-



Estado recebeu estudos para implantação do Contorno Norte da Rodovia D. Pedro I

Câmara vai fiscalizar projeto do Contorno Norte na Dom Pedro

O alerta são os impactos sociais e ambientais do projeto

pinas, Paulínia e Sumaré.

Os dados de tráfego justificam a busca por alternativas logísticas: atualmente, o trecho urbano da Rodovia D. Pedro I registra um fluxo médio de cerca de 125 mil veículos por dia. Nos horários de pico, os motoristas enfrentam retenções severas que frequentemente atingem dez quilômetros de extensão, concentradas principalmente entre os entroncamentos das rodovias Zeferino Vaz e Anhanguera. No final da tarde, o deslocamento rotineiro entre Campinas e Sumaré chega a demandar mais de uma hora de viagem.

Mobilização social e impactos ambientais

Mesmo sem uma deliberação oficial e conclusiva do Estado para o início das obras, a simples apresentação do traçado preliminar desencadeou fortes reações e mobilizações por parte de moradores, internautas e coletivos ambientais das regiões que podem ser diretamente afetadas. Na linha de frente do movimento civil organizado estão grupos como o Movimento Preserva Barão, atuando de maneira conjunta com o Preserva Paulínia e o coletivo Sustentabilize.

Os questionamentos centralizam-se na magnitude dos impactos ambientais descritos como gigantescos pelas entidades locais. Segundo os representantes desses movimentos, o traçado proposto intercepta uma porção expressiva de fragmentos de áreas verdes e bacias pluviais situadas na região Norte de Campinas. Esses fragmentos florestais desempenham a função vital de corredores ecológicos, conectando diretamente a Mata Santa

Genebra à Área de Proteção Ambiental (APA) de Joaquim Egídio. A interrupção ou fragmentação dessa rota põe em risco a sobrevivência e o tráfego da fauna silvestre local, incluindo espécies ameaçadas como a onça-parda.

Os ambientalistas alertam que o impacto real da rodovia transcende a faixa asfáltica. Há a preocupação com uma zona de influência direta de, no mínimo, 50 metros para cada lado das pistas, onde os ecossistemas seriam severamente afetados por ruídos constantes, poluição atmosférica e iluminação artificial noturna, desestabilizando os hábitos e o habitat dos animais nativos.

Além disso, manifestações em redes sociais demonstram receio quanto à supressão de vegetação nativa, impermeabilização do solo, aumento do risco de enchentes e a pressão imobiliária sobre a zona de amortecimento da Mata Santa Genebra, considerada a segunda maior floresta urbana do País. Moradores demonstram forte contrariedade ao modelo de expansão urbana baseado em loteamentos fechados e na dependência do transporte automotivo individual. Áreas residenciais consolidadas nos distritos de Barão Geraldo, Betel e arredores temem desapropriações, a desvalorização de propriedades rurais e o aumento do tráfego pesado próximo a bairros residenciais.

O vereador Wagner Romão reforçou esses pontos em pronunciamentos públicos, destacando que a concretização do segmento rodoviário nos moldes atuais trará prejuízos à qualidade do ar e comprometerá a segurança viária de pedestres e ciclistas que circulam pelas adjacências.

“Vários dos nossos patrimônios históricos e ambientais também seriam profundamente impactados, de acordo com o projeto preliminar, uma vez que são diversas áreas verdes e unidades de conservação que seriam atingidas pelas obras”, detalhou o parlamentar, fazendo alusão direta aos patrimônios ambientais, arquitetônicos e ferroviários da região.

Manifestações Oficiais

Rota das Bandeiras: A concessionária informou que, no final de maio de 2026, a Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) determinou a suspensão dos estudos por 90 dias. A empresa ressaltou que o contorno não está previsto no contrato de concessão atual e que a viabilidade da obra só será avaliada pelo Estado após a conclusão dos projetos técnicos.

Cetesb: A Companhia Ambiental do Estado comunicou que o processo de licenciamento ainda não foi aberto, pois o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) não foram protocolados. Quando apresentado, o material passará por análise de impactos, alternativas de traçado e medidas de mitigação.

Prefeitura de Campinas: O município esclareceu que a gestão da rodovia cabe ao Estado e à concessionária. Informou que a aprovação de novos condomínios na região depende de parecer prévio da Artesp e da Rota das Bandeiras, cabendo à prefeitura planejar vias locais para evitar que o tráfego seja jogado na rodovia. Por fim, negou o crescimento desordenado na área, afirmando que todas as aprovações seguem rigidamente o Plano Diretor e as leis de zoneamento.

Projeto propõe rodeio 'sem maus-tratos' a animais

Advogada ambiental contesta e alerta para o sofrimento inerente a cavalos e bois

Agência Senado

Por Moara Semeghini

A Câmara Municipal de Campinas recebeu um novo projeto de lei que promete reacender um dos embates mais polarizados da cidade: a realização de rodeios. O vereador Benê Lima (PL) protocolou uma proposta com o objetivo de voltar a autorizar eventos rurais, como provas equestres e montarias, sob o argumento de que é possível realizá-los de forma higiênica e segura. O parlamentar defende a aprovação de um rodeio "sem maltratar animais", garantindo regras de proteção. No entanto, a premissa central do projeto é duramente rebatida por especialistas da área jurídica e veterinária.

Para a advogada ambiental especializada em direitos dos animais, Angélica Soares, a romantização da prática não encontra respaldo na realidade. Ela é categórica ao desconstruir a tese de que a regulamentação garanta o bem-estar dos bovinos e equinos. "Do ponto de vista técnico e jurídico, não considero possível afirmar que exista rodeio sem sofrimento animal. As provas de montaria e laço submetem bovinos e equinos a situações de estresse físico e psicológico, além do uso de



Proposta quer rodeios sem maus-tratos, para especialista não existe rodeio sem crueldade

instrumentos e técnicas destinados a provocar reações dos animais para o espetáculo", explica a especialista.

Ainda que os defensores da volta dos rodeios utilizem a lei para justificar a segurança das práticas, Angélica ressaltou que o amparo legal não anula a dor. "Embora a legislação federal regulamente determinadas práticas e imponha regras de bem-estar, a regulamentação não

elimina os riscos de maus-tratos e sofrimento inerentes à atividade. Por isso, há um debate permanente entre o setor do entretenimento e os especialistas em proteção animal", destaca. A advogada faz questão de frisar que, do ponto de vista técnico, existem diversos pareceres veterinários, vastos estudos científicos, manifestações contundentes de conselhos profissionais e diversas

decisões judiciais que reconhecem que as práticas típicas das arenas submetem os animais a intenso sofrimento. "Por isso, entendo que a expressão 'rodeio sem crueldade' não encontra respaldo na realidade prática. Há vasta documentação técnica e jurídica demonstrando que o rodeio implica estresse, dor, sofrimento e riscos aos animais, razão pela qual sustento que não

existe rodeio totalmente livre de crueldade", argumenta. "Minha posição, como advogada animalista, é que não existe rodeio totalmente livre de crueldade ou sofrimento animal."

O projeto

O projeto de Benê Lima propõe alterar a legislação municipal para permitir exposições agropecuárias e eventos rurais temporários. O texto determina que os organizadores devem cumprir normas de proteção nas esferas federal, estadual e municipal. Para blindar o projeto de críticas, o texto prevê a proibição explícita de práticas que configurem maus-tratos diretos, como causar dor, lesões, exaustão, privação de alimento ou água, e a manutenção dos bichos em locais inadequados. Também proíbe castigos físicos e o uso de instrumentos que comprometam a integridade física da fauna. Benê Lima argumenta que a presença dos bichos não é um crime. "A participação de animais em eventos tradicionais rurais regularmente autorizados não caracteriza, por si só, maus-tratos, desde que observadas as normas de proteção, segurança, higiene, manejo, saúde e bem-estar animal previstas em lei", alega.

UPA São José têm torneiras furtadas

Da Redação

Torneiras foram furtadas de dois banheiros da recepção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) São José na madrugada desta terça-feira (23), apenas quatro dias após o espaço ter sido liberado ao público, na sexta-feira (19), depois de obras de reforma e ampliação. Os sanitários masculino e o adaptado para pessoas com deficiência (PCD) precisaram ser interditados. A previsão é de que a manutenção seja concluída até esta quarta-feira (24).

A equipe técnica já atua no reparo dos equipamentos. Em casos de furto com identificação do autor, a ocorrência é registrada na Polícia Civil para responsabilização criminal e pode haver também a cobrança de ressarcimento pelos danos causados.

As unidades de saúde da Rede Mário Gatti registram, em média, cerca de 10 manutenções diárias em banheiros. Entre os principais

motivos estão furtos, vandalismo e mau uso dos espaços.

No período de 14 meses compreendido entre 26 de junho de 2024 e 19 de agosto de 2025, foram abertas 4.356 ordens de serviço para reparos no Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, no Hospital Ouro Verde, na Unidade Pediátrica Mário Gattinho, nas UPAs e no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

As ocorrências mais frequentes envolvem entupimentos de vasos sanitários em razão do descarte inadequado de papel e outros materiais, como fraldas e talas; além de furtos de equipamentos como torneiras, assentos sanitários e suportes de papel higiênico e toalha, bem como atos de vandalismo.

Essas ações têm gerado impacto operacional relevante, comprometendo temporariamente o uso regular das instalações e gerando necessidade de pronta atuação das equipes de

manutenção. O custo médio estimado para cada reparo é de aproximadamente R\$ 495,00, considerando materiais, mão de obra e demais insumos necessários para o restabelecimento das condições adequadas de uso.

Diante da recorrência dos fatos, a Rede Mário Gatti tem adotado medidas preventivas e de conscientização, a fim de reduzir prejuízos ao erário e assegurar a adequada prestação dos serviços à população. Entre as iniciativas incluídas no projeto estão distribuição de folders em locais de ampla circulação de colaboradores e usuários, como elevadores, copas, refeitórios e relógios de ponto; distribuição de materiais para interação com o público, com perguntas sobre a conservação dos espaços; palestras educativas; divulgação das ações pelo setor de comunicação. As ações são realizadas pelo Projeto Mãos que Preservam, que visa estimular o senso de pertencimento e reconhecimento pelos usuários.

Campinas registra mais duas mortes por gripe; vacina segue disponível

Da Redação

A Secretaria de Saúde de Campinas confirmou mais duas mortes por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) causada pelo vírus da gripe em 2026. Nenhuma das vítimas era vacinada e tinham algum tipo de comorbidade (confira o perfil abaixo). Com isso, neste ano, a cidade conta com 202 casos e 15 óbitos.

A pasta reforça a importância da vacinação contra a doença. As vacinas estão disponíveis para todas as pessoas a partir de 6 meses de idade nos 69 centros de saúde da cidade e na Igreja Divino Salvador, no Cambuí. Basta levar documento com foto e a caderneta de vacinação (se tiver). Não é necessário agendamento.

Neste ano, a vacina protege contra as gripes A (H1N1 e H3N2) e B. O imunizante pode ser administrado de forma simultânea a outras vacinas do Calendário Nacional. O imunizante garante proteção individual e ajuda a diminuir a transmissão

do vírus. Durante todo 2025, Campinas registrou 561 pessoas com SRAG por gripe, sendo que 69 morreram. Do total de óbitos, 54 pessoas não estavam vacinadas. Sobre as vítimas: sexo feminino, 93 anos, com comorbidade, sem vacina. Data do óbito: 07/06/2026; sexo feminino, 53 anos, com comorbidade, sem vacina. Data do óbito: 10/06/2026.

Cuidados

Além da vacinação, alguns hábitos simples ajudam a prevenir doenças respiratórias: lave as mãos com frequência; mantenha os ambientes bem ventilados; beba bastante água; adote uma alimentação saudável e equilibrada; em caso de sintomas gripais, é importante utilizar máscara para ajudar a proteger outras pessoas e reduzir a transmissão dos vírus respiratórios.

A Secretaria de Saúde de Campinas aplicou 291.891 doses da vacina da gripe desde o início da estratégia no município, em 28 de março.

GRANDE CAMPINAS

Divulgação/Prefeitura de Hortolândia



Agora impostos podem ser pagos com cartão de crédito

Hortolândia moderniza pagamento de tributos

Desde segunda-feira (22), os contribuintes da cidade de Hortolândia podem pagar tributos municipais, como IPTU, ISS, ITBI e taxas, com cartão de crédito de qualquer banco ou bandeira. A medida pode beneficiar titulares de 96 mil carnês do IPTU 2026. O serviço permite parcelar o valor em até 12 vezes, com acréscimo de juros mensais aplicados pela operadora do cartão. O passo a passo para o pagamento está no portal da prefeitura. Antes, as opções eram Pix, código de barras ou débito automático (exclusivo para o Itaú). Segundo a Secretaria de Finanças, a nova ferramenta visa modernizar a arrecadação e reduzir a inadimplência, oferecendo mais uma alternativa para regularização fiscal.

Curso de drones para militares

A Junta de Serviço Militar de Indaiatuba e o SENAI realizaram, entre 17 e 19 de junho, um Curso de Operação e Pilotagem de Drones para 12 militares da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada e da EsPCEX. Segundo as informações, o objetivo é modernizar as ações do Exército, capacitando-os para inteligência, monitoramento e defesa civil. A parceria de excelência tecnológica prevê novas qualificações para outras tropas da região no futuro.

Divulgação/Prefeitura de Jaguariúna



Times demonstraram autonomia e segurança o torneio

Robótica de Jaguariúna se destaca

Duas equipes da Escola Municipal Mário Bergamasco representaram Jaguariúna na etapa regional da First Lego League (FLL), o maior torneio de robótica educacional do mundo, no último sábado (20), em São Paulo. Os times competiram com outras 24 equipes, a maioria de escolas particulares e bilíngues, e se destacaram pela autonomia e segurança diante dos jurados. O trabalho integrou o currículo à aprendizagem criativa, alinhado à BNCC, envolvendo conteúdos de robótica, programação e disciplinas tradicionais.

Em busca da etapa nacional

A equipe The Builders of Chaos focou em Machu Picchu e a Archeological Animals pesquisou o patrimônio histórico local da Fazenda Serrinha. Com a escola integrando o Programa Escolas Criativas, os projetos geraram grande engajamento. Agora, a expectativa é pela classificação para a etapa nacional, mas a experiência já fortaleceu a confiança dos alunos, como celebrou os professores.

Praça revitalizada

A prefeitura de Americana entregou a reforma da Praça Antônio Faé nesta segunda-feira (22). Com investimento próprio de R\$ 700 mil, o local recebeu piso de concreto estampado, lâmpadas de LED, mobiliário novo e paisagismo. A obra atende a pedidos da comunidade, que sofria com a iluminação defasada e abandono.

Investimento

A Secretaria de Saúde de Americana foi contemplada com R\$ 300 mil em emendas parlamentares estaduais para investimentos na rede municipal do SUS. O montante é composto por R\$ 100 mil da deputada Dani Alonso e R\$ 200 mil do deputado Capitão Augusto, intermediados por Renata Tim, do Instituto Doce Atitude.

Investimento II

Os recursos estão em fase de formalização documental junto à Secretaria de Estado da Saúde, processo conduzido pela Secretaria Municipal de Gestão de Convênios. A verba será aplicada no aprimoramento da estrutura da rede de saúde, visando a melhoria do atendimento oferecido à população de Americana.

Orgulho autista

Nesta quinta-feira (25), às 19h, a Prefeitura de Indaiatuba realiza o I Encontro do Dia do Orgulho Autista no auditório da UniMAX. O evento gratuito debate inclusão, educação e carreira para neurodivergentes, com participação das organizações Pluralys e Specialisterne. Destinado a toda a comunidade, as inscrições são feitas via Symppla.

IBGE abre vagas

O IBGE abriu inscrições para seleção simplificada de contratação temporária para o 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola. São mais de 8 mil vagas no país, sendo 20 de nível médio para a região de Jundiá e Indaiatuba. Inscrições até 1º de julho no site <https://concursos.ibfc.org.br/informacoes/496/>.

IBGE II

A taxa de inscrição é de R\$ 53,00 e os selecionados atuarão em funções operacionais, administrativas e de supervisão. Os contratos duram até 12 meses, com chance de prorrogação. A prova objetiva ocorrerá em 27 de setembro de 2026, e a coleta de dados do censo está prevista para os anos de 2027 e 2028.



Ação integra parte da nova etapa do 'Programa Rios Vivos'

Valinhos inicia obras em barragem histórica

Intervenção prevê a retirada de 10 mil m³ de sedimentos do local

Da Redação

Valinhos e o DAEV S.A. iniciaram uma nova etapa do Programa Rios Vivos no município. As máquinas destinadas ao desassoreamento da Barragem João Antunes dos Santos chegaram ao local nesta segunda-feira (22), dando início à intervenção em um dos principais reservatórios que compõem o sistema de abastecimento da cidade.

Realizado pelo Governo do Estado de São Paulo, o serviço prevê a retirada de aproximadamente 10 mil m³ de lodo e sedimentos acumulados ao longo do tempo nas duas lagoas situadas na parte superior do sistema. O volume equivale a cerca de 715 caminhões. A ação será executada ao longo dos próximos três meses e não gerará custos para os cofres públicos municipais.

Atualmente, segundo as informações, essas duas áreas apresentam elevado grau de assoreamento e características de brejo, pois nunca haviam passado por intervenções desse tipo. A recuperação das lagoas tem como objetivo ampliar a capacidade de armazenamento de água do reservatório e reforçar a segurança hídrica local.

Histórico da barragem

A Barragem João Antunes dos Santos, também conhecida como Rocinha, fica localizada no município de Vinhedo e in-

tegrou um sistema de captação e adução construído no final do século XIX para abastecer Campinas. Na época, a água era transportada por gravidade ao longo de mais de 18 quilômetros, sem o uso de bombas.

Em 1941, o sistema passou a abastecer exclusivamente Valinhos, embora ainda pertencesse a Campinas. Já em 1974, a Adutora da Rocinha foi adquirida por Valinhos, que assumiu o controle da estrutura. Na ocasião, o sistema foi renomeado como Adutora Municipal João Antunes dos Santos.

Etapas do programa

Esta é a segunda etapa do Programa Rios Vivos em Valinhos. A primeira fase foi concluída em julho de 2025, no lago do Parque da Cidade, que integra a Barragem das Figueiras. A atividade durou cerca de três meses e resultou na remoção de mais de 26 mil m³ de sedimentos, o equivalente a 1.894 caminhões de lodo.

O cronograma do município prevê ainda uma terceira etapa após a finalização dos trabalhos na Barragem João Antunes dos Santos. O DAEV dará andamento aos trâmites técnicos para realizar o desassoreamento da Barragem do Moinho Velho. Inaugurada em 1996, essa estrutura também nunca passou por obras de desassoreamento desde a sua criação.

Indaiatuba integra o grupo 'Rumo à Universalização'

Ranking ABES inclui cidade entre classificados na categoria máxima

Divulgação/Prefeitura de Indaiatuba

Indaiatuba figura entre os 94 municípios brasileiros classificados na categoria máxima do Ranking ABES da Universalização do Saneamento 2026. O estudo, elaborado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), avaliou 2.558 cidades do país, o que representa cerca de 80% da população nacional, utilizando como base os dados oficiais de 2024 do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA).

A cidade integra o seleto grupo classificado como "Rumo à Universalização", que reúne as localidades com as melhores pontuações nos indicadores avaliados. O nível de excelência foi alcançado por apenas 3,67% dos municípios analisados, o que evidencia os desafios persistentes para a universalização dos serviços no território brasileiro.

O levantamento analisa cinco dimensões essenciais para o setor: o atendimento com rede de abastecimento de água; o atendimento com rede coletora de esgoto; o percentual de esgoto tratado em relação à água consumida; a cobertura da coleta de resíduos sólidos domiciliares e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos urbanos.

Na Região Metropolitana de Campinas, somente dez municípios atingiram a categoria máxima do estudo: Indaiatuba, Águas da Prata, Águas de São Pedro, Cordeirópolis, Hortolândia, Ita-



Na RMC, somente dez municípios atingiram o nível de excelência máximo do estudo

pira, Leme, Piracicaba, Rio das Pedras e Santa Bárbara d'Oeste.

Panorama nacional

De acordo com a ABES, a universalização do saneamento básico ainda é uma realidade distante para a maior parte dos municípios do país. Faltando sete anos para o prazo estabelecido pelo Marco Legal do Saneamento, apenas as 94 cidades citadas alcançaram a faixa mais elevada do ranking. O estudo aponta que o resultado obtido em Indaiatuba decorre de investimentos contínuos realizados ao longo dos anos para garantir o abastecimento, a coleta e o tratamento de esgoto, com reflexos na preserva-

ção ambiental.

Saúde pública

O relatório destaca a relação direta entre a qualidade do saneamento e os índices de saúde pública. Os municípios com melhor avaliação registram taxas significativamente menores de internações por Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI), que englobam enfermidades como diarreias, hepatite A, cólera e febre tifoide.

Nas cidades que integram a categoria "Rumo à Universalização", a taxa média é de 84 internações para cada 100 mil habitantes. Em contrapartida, nos municípios

classificados na categoria mais crítica do levantamento, o índice sobe para 198,85 internações por 100 mil habitantes.

Planejamento

O estudo também indica que o planejamento é um fator primordial para o avanço das políticas do setor. Entre os municípios que atingiram a pontuação máxima no ranking, mais de 92% contam com o Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento técnico utilizado para orientar a aplicação de recursos, estabelecer metas de curto, médio e longo prazo, e garantir a continuidade das melhorias estruturais no município.

Transferência on-line de veículos sobe na RPT

A Transferência Digital de Veículos (TDV), implantada em março de 2024, registrou 6,4 mil operações na Região do Polo Têxtil (RPT), de acordo com dados do Detran-SP. No primeiro semestre de 2026, as transações na região cresceram 60% em comparação com o segundo semestre de 2025, subindo de 1.751 para 2.816 procedimentos.

O volume na RPT equivale a 3,21% das 201.903 transferências digitais do Estado de São Paulo. Entre as cidades da região, Santa Bárbara d'Oeste teve a maior alta percentual (73,16%), seguida por Americana (71,12%).

Como funciona

O sistema da TDV executa a transferência de propriedade online em até cinco minutos por meio de assinatura digital e validação biométrica facial, dispensando idas a cartórios.

A plataforma unifica o pagamento de taxas via Pix e a quitação de débitos como IPVA e multas. De acordo com o Detran-SP, o modelo reduziu fraudes com o uso da biometria no lugar de recibos físicos e gerou uma economia estimada de R\$ 62 milhões aos cidadãos paulistas em taxas indiretas e custos operacionais.

A migração para o digital também permitiu realocar servidores da autarquia para frentes presenciais de fiscalização, educação e segurança viária.

Requisitos para uso

O serviço funciona diariamente, incluindo feriados, das 6h às 22h, e pode ser acessado pelos aplicativos do Detran-SP e do Poupatempo ou pelo portal oficial do órgão.

Para efetuar a transferência digital, comprador e vendedor devem possuir contas ativas no sistema GOV.BR nos níveis prata ou ouro.

O veículo objeto da transação não pode apresentar restrições administrativas ou judiciais e deve ter a Autorização para Transferência de Propriedade do Veículo em formato digital.

Além disso, o processo exige que o laudo de vistoria do automóvel já esteja aprovado e dentro do período de validade legal de 60 dias.

Tarcísio participa da entrega do 'Cidade Saúde' em Santa Bárbara d'Oeste

Divulgação/Prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste

O prefeito de Santa Bárbara d'Oeste, Rafael Piovezan, e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, inauguram nesta quarta-feira (24) o complexo Cidade Saúde "Lucimeire Cristina Coelho Rocha". A cerimônia ocorre a partir das 9h30, no cruzamento das avenidas Santa Bárbara e Vereador Antonio Carlos de Souza, no Jardim Alphacenter.

A estrutura de 3,6 mil metros quadrados de área construída recebeu investimento de R\$ 25 milhões de recursos próprios do município. O prédio possui quatro andares, 28 consultórios ampliados e levou 36 meses para ser construído. O complexo reunirá cerca de 300 trabalhadores e integrará o Centro de Especialidades, Central de Regulação, Vigilância em Saúde e a Farmácia Municipal.



Estrutura recebeu investimento de R\$ 25 milhões

O edifício conta com placas fotovoltaicas, que devem gerar uma economia anual de R\$ 180 mil, além de iluminação e ventilação naturais, LED e ar-condicionado.

A unidade projeta realizar de 12 mil a 13 mil procedimentos

mensais. Estão previstas consultas integradas por meio de Ofertas de Cuidados Integrados (OCIs) e mutirões de exames, como cirurgias de pterígio e catarata. O local também terá ampliação de atendimentos oftalmológicos, no-

vos ambulatoriais de Ostomia e de Feridas, grupos educativos para diabetes tipo 1 e obesidade infantil, além de um Centro de Procedimentos Ambulatoriais para pequenas cirurgias e procedimentos odontológicos, dermatológicos e urológicos.

Homenagem

O nome do complexo homenageia Lucimeire Cristina Coelho Rocha, servidora pública de carreira desde 1999 e secretária de Saúde do município de 2016 até seu falecimento, em janeiro de 2024. Assistente social formada pelo Unisal, com especializações pela Faculdade de Medicina de São Paulo e Hospital Sírio-Libanês, ela também atuou como diretora do COSEMS/SP e representante regional de saúde.

CORREIO DAS REGIÕES

Reprodução Redes Sociais



Luciano Almeida foi prefeito entre os anos de 2021 e 2024

Para onde iriam os R\$ 123,5 milhões, em Piracicaba?

A condenação do ex-prefeito de Piracicaba Luciano Almeida por irregularidades em uma licitação de R\$ 123,5 milhões para recapeamento asfáltico em Piracicaba reacendeu uma pergunta importante: para onde iria todo esse dinheiro? O contrato previa obras de recuperação viária em diversos pontos da cidade e foi alvo de ação do Ministério Público por suposto favorecimento durante o processo licitatório. Segundo a Justiça, a empresa que apresentou a proposta mais barata teria sido desclassificada de forma irregular, enquanto outra concorrente acabou vencedora com valor R\$ 11,7 milhões maior. A decisão é de primeira instância e cabe recurso, mas o caso volta a colocar em debate a gestão de contratos milionários e a fiscalização do uso dos recursos públicos.

Armazenamento de vacinas da gripe

Piracicaba aprovou requerimento da vereadora Rai de Almeida que pede esclarecimentos à Secretaria de Saúde sobre possíveis problemas nos equipamentos de refrigeração para armazenar vacinas. Relatos apontam restrições na aplicação de doses em algumas unidades. O documento questiona quantos equipamentos estão em manutenção, quais unidades foram afetadas, impactos na vacinação e risco de perda de imunizantes.

Divulgação/Câmara de Ribeirão Preto



Comissão ouviu representantes do Consórcio Conecta

CPI da Iluminação Pública de Ribeirão

A CPI da Iluminação Pública de Ribeirão Preto realizou nova reunião para apurar possíveis irregularidades no contrato de R\$ 167 milhões firmado com o Consórcio Conecta. Vereadores questionaram a qualidade dos serviços, denúncias trabalhistas e pedidos de reequilíbrio financeiro. Representantes da concessionária afirmaram que 75% do parque de iluminação já foi modernizado. A comissão aprovou novos requerimentos e deve ouvir terceirizadas, CPFL e a Secretaria de Infraestrutura. O objetivo é esclarecer falhas apontadas por moradores.

Reconstrução do Mercado Municipal

A Câmara de Piracicaba aprovou pedido de urgência para projeto que autoriza o repasse de R\$ 1 milhão à Associação Comércio Varejista Mercado Municipal. O recurso será destinado à continuidade das obras de reconstrução do Mercado Municipal, atingido por um incêndio. Segundo a Prefeitura, a primeira etapa já foi concluída com recursos do seguro, ao custo de R\$ 2,4 milhões.

R\$ 300 milhões

A Copa do Mundo pode movimentar mais de R\$ 300 milhões na economia da Região de Sorocaba, segundo projeção da ACSO. O varejo alimentar deve concentrar a maior parte do impacto, impulsionado pelos jogos da Seleção Brasileira. Bares e restaurantes também devem registrar alta nas vendas.

Oportunidades

Os PATs da região de Sorocaba está com 1,5 mil vagas de emprego. As oportunidades com maior demanda são para alimentador de linha de produção, auxiliar de logística e assistente administrativo. Os atendimentos são gratuitos e exigem RG, CPF e Carteira de Trabalho. Há vagas em diferentes municípios.

Cemitério São João

São José do Rio Preto convocou familiares de pessoas sepultadas nas gavetas sociais do Cemitério São João Batista para regularizar a situação dos restos mortais. O prazo é de 15 dias. Caso não haja manifestação, os restos mortais serão transferidos para o ossuário comum, conforme a legislação municipal.

Terminais e saúde

O vereador Izídio de Brito (PT) pediu à Prefeitura de Sorocaba estudos para implantar pontos permanentes ou itinerantes de atendimento público de saúde em terminais de ônibus e locais de grande circulação. O requerimento aprovado pela Câmara questiona a viabilidade da medida e uma possível previsão para sua implantação.

Agora tem ônibus!

A linha 557 do transporte público passará a atender o bairro Recanto da Prata, em Jundiá, nos dias úteis. A medida atende a uma reivindicação dos moradores, que precisavam percorrer até 3 km para acessar outras linhas. A Prefeitura informou que o itinerário poderá ser ampliado após novos estudos.

Conselho de Cultura

O Conselho Municipal de Política Cultural de Itu realiza reunião nesta quinta-feira (25), às 18h30, no Centro Ituano de Letras e Artes (CILA). Na pauta estão projetos da Secretaria de Cultura, além de debates sobre acessibilidade e inclusão. O encontro foi transferido em razão do jogo da Seleção Brasileira.



Cobrança consta em ofício assinado pelo gerente da Cetesb

Cetesb pode suspender intervenções na Itanguá

Sorocaba tem até o dia 29 para apresentar documentação exigida

Por Redação

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) notificou a Prefeitura de Sorocaba e deu prazo até o próximo dia 29 para a apresentação de documentação necessária à continuidade de um trecho das obras da Marginal Itanguá. Caso a exigência não seja atendida, a autorização ambiental referente à construção de uma travessia sobre o córrego Itanguá, na altura da Avenida Santa Cruz, poderá ser suspensa.

A cobrança consta em ofício assinado pelo gerente da Agência Ambiental de Sorocaba da Cetesb, Lucas de Jesus Scarpanti, em resposta a uma representação apresentada pelo vereador Raul Marcelo (PSOL), que questionou possíveis impactos ambientais da intervenção.

Segundo a Cetesb, a Prefeitura precisa apresentar a outorga ou a dispensa de outorga emitida pela Agência SP Águas para a realização da obra sobre o curso d'água. O órgão ambiental informou que a ausência do documento pode resultar na suspensão da autorização para esse trecho específico do empreendimento.

Além da questão relacionada à travessia sobre o córrego, a companhia também solicitou relatórios e laudos que comprovem a execução de medidas ambientais previstas no processo de licenciamento. Entre elas estão ações de conservação da fauna e da flora,

melhorias no isolamento da área, práticas de conservação do solo, além de programas de comunicação social e educação ambiental.

A fiscalização ocorreu após vistoria realizada no dia 20 de maio. De acordo com a Cetesb, as equipes constataram que as obras já haviam sido iniciadas entre a Avenida Santa Cruz e a Rua Comendador Vicente Amaral. O órgão informou ainda que não encontrou animais mortos ou intervenções em desacordo com a autorização ambiental concedida para a execução do projeto.

Em nota, a Secretaria de Parcerias de Sorocaba afirmou que não existe qualquer decisão de suspensão da licença ambiental e que a situação envolve apenas uma complementação documental exigida pelos órgãos responsáveis. Segundo a pasta, os requerimentos foram apresentados dentro do prazo e o município mantém interlocução com a Cetesb e a SP Águas.

A Agência SP Águas confirmou que recebeu os pedidos de dispensa de outorga protocolados pela Prefeitura e informou que a documentação segue em análise técnica.

As obras da Marginal têm sido alvo de questionamentos de moradores sobre os impactos ambientais. A expectativa é pela análise da documentação apresentada pela Prefeitura e pela decisão dos órgãos ambientais sobre a continuidade da intervenção.

CORREIO PAULISTA

Reprodução/Agência Gov



Lula participou de evento em Guarulhos nesta terça(23)

Em São Paulo, Lula deve definir chapa ao Governo e ao Senado

O presidente Lula(PT) deve tentar encerrar nesta semana o impasse sobre a formação da chapa da esquerda ao Senado e ao Governo em São Paulo para as eleições de 2026. A disputa envolve os nomes das ex-ministras Simone Tebet(PSB) e Marina Silva(Rede), além do ex-ministro Márcio França(PSB). Nos bastidores, aliados do Planalto avaliam que Tebet e Marina tem resultados melhores nas pesquisas ao Senado, enquanto França mantém sua pré-candidatura. Lula deve se reunir com lideranças da base para buscar um consenso. Uma das alternativas em discussão é indicar França para vice de Fernando Haddad(PT) na disputa ao Governo do Estado. Aliados dizem que a demora pra definir a chapa atrapalha.

Falta de quórum adia debate sobre LDO

A reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp que analisaria nesta terça-feira (23) o projeto da LDO 2027 não foi realizada por falta de quórum. Segundo a assessoria da Casa, a discussão deverá ser retomada apenas na próxima terça-feira (30). O projeto estabelece as diretrizes para o orçamento estadual de 2027, estimado em R\$ 368,4 bilhões.

André Souza/Correio da Manhã



Apresentador deixou a TV para disputar eleições em SP

Sikera Junior é aposta do Republicanos

O apresentador Sikêra Júnior, conhecido pelo bordão "CPF Cancelado" anunciou sua saída da TV A Crítica e confirmou sua pré-candidatura a deputado federal por SP pelo partido Republicanos. Sikêra recebeu convite do governador Tarcísio de Freitas(Republicanos) para ser um dos "puxadores" de votos da sigla nas eleições de 2026. Sikera esteve presente no evento de lançamento da pré-candidatura de André do Prado ao Senado no último sábado(20), em Guarulhos. O apresentador foi abordado diversas vezes pelos fãs para tirar fotos.

Irmão de Bolsonaro prega anistia

O irmão do ex-presidente Jair Bolsonaro, Renato Bolsonaro(PL), também esteve no evento do PL em Guarulhos no último sábado(20). Durante discurso, Renato disse que, se forem eleitos, os pré-candidatos da direita vão trabalhar para a anistia de Jair. "O André[do Prado] vai defender nossa anistia, ampla, geral e irrestrita...Não vamos deixar o Brasil na mão desses bandidos do PT" -disse.

POR
ANDRE SOUZA

CPI dos Lixões

Nesta quarta-feira(24), às 10h, acontece na Alesp reunião da "CPI dos Lixões". A Comissão deve ouvir o diretor-presidente da ARSESP, Diego Allan Vieira Domingues, e as servidoras do TCESP, Renata Luciana dos Reis Magalhães e Audria Lucine Martins de Souza, para esclarecimentos sobre fiscalização e gestão de resíduos.

SP e Países Baixos

Também nesta quarta(24) está prevista reunião da Comissão de Relações Internacionais da Alesp com a finalidade de receber a Cônsul-Geral do Reino dos Países Baixos em São Paulo, Senhora Wieneke Vullings, para dialogar sobre parcerias entre o Estado de São Paulo e os Países Baixos.

Aloysio Nunes é PSB

O ex-senador e ex-ministro Aloysio Nunes vai se filiar ao PSB em São Paulo, após longa trajetória no PSD. Vice na chapa de Aécio Neves em 2014, ele deixa o tucanato histórico e reforça o movimento de rearranjo partidário para as eleições de 2026. Nunes foi um dos apoiadores do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016.

Tarcísio de Freitas

Em pré-campanha à reeleição, o governador Tarcísio de Freitas(Republicanos) inaugura nesta quarta (24) o Complexo Cidade da Saúde, em Santa Bárbara d'Oeste, ampliando exames e atendimentos para mais de 3 milhões na Região Metropolitana de Campinas. Em Atibaia, entrega a Escola Estadual Hideki Yukawa, com mais de mil vagas.

Simone Tebet

A pré-candidata ao Senado por São Paulo, Simone Tebet(PSB), afirmou que o senador Jaques Wagner (PT/BA) deveria ter deixado a liderança do governo após ser alvo da Operação Compliance Zero. Segundo ela, o afastamento evitaria desgaste ao governo e permitiria que o parlamentar se dedicasse à própria defesa.

Fernando Haddad

Segundo a coluna de Mônica Bergamo na Folha de S.Paulo, Fernando Haddad saiu em defesa de Jaques Wagner e afirmou ser testemunha de que o senador atuou contra interesses do Banco Master. A declaração ocorre em meio a investigações da PF sobre supostas irregularidades ligadas ao caso.



Deputada informou que 14,2% das crianças tem excesso de peso

Projeto: 85% de alimentos naturais na merenda

Proposta é da deputada federal Tabata Amaral(PSB/SP)

Andre Souza

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3256, apresentado pela deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP) que altera a Lei nº 11.947/2009, que institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para estabelecer parâmetros de composição das compras de alimentos, regras de classificação e mecanismos de controle e monitoramento.

A proposta determina que, na aplicação dos recursos federais do PNAE, os entes executores deverão destinar no mínimo 85% das compras a alimentos in natura ou minimamente processados. Para alimentos processados e ultraprocessados, o limite máximo será de 10%, e para ingredientes culinários processados, de 5%.

O texto estabelece que a classificação de alimentos segundo grau de processamento será definida por resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), observadas normas do Ministério da Saúde, com prazo de 90 dias para regulamentação.

Também prevê que revisões dessa classificação que ampliem o rol de alimentos in natura ou minimamente processados dependerão de parecer do Ministério da Saúde. Os percentuais poderão ser mais restritivos caso definidos pelo FNDE em norma própria.

As compras da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural passam a ser computadas no

percentual mínimo de 85%, quando enquadradas como alimentos in natura ou minimamente processados, conforme regras do programa.

O projeto veda a aquisição, com recursos do PNAE, de produtos que apresentem advertências frontais de alto teor de nutrientes críticos, conforme regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com detalhamento por resolução do FNDE.

O texto atribui aos Conselhos de Alimentação Escolar a verificação do cumprimento dos limites de aquisição e da vedação prevista, com inclusão dessas informações nos relatórios de fiscalização. Também altera o art. 19 da lei, atribuindo aos Conselhos de Alimentação Escolar a verificação do cumprimento dos percentuais de compras e da vedação de aquisição de produtos com advertências nutricionais, com inclusão dessas informações no parecer de fiscalização.

Na justificativa, o projeto cita atendimento de cerca de 40 milhões de estudantes em aproximadamente 150 mil escolas públicas, com repasses anuais de cerca de R\$ 5,5 bilhões. Também são mencionados dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), de 2023, indicando 14,2% de excesso de peso ou obesidade em crianças menores de cinco anos e 33% entre adolescentes.

Fica vedada a redução dos percentuais por ato infralegal, sendo admitida apenas a fixação de parâmetros mais restritivos pelo FNDE.

Álbuns digitais impulsionam leitura na rede paulista

Estratégia inspirada nas coleções de figurinhas da Copa amplia participação de estudantes

Gilberto Marques/Educação SP

Uma iniciativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) que utiliza a lógica dos álbuns de figurinhas para estimular a leitura tem apresentado resultados positivos entre estudantes da rede estadual. Implantada em 20 de maio nas plataformas LeiaSP e Elefante Letrado, a estratégia busca transformar o hábito da leitura em uma experiência interativa, associando o tempo dedicado aos livros à conquista de figurinhas digitais colecionáveis.

Dados divulgados pela pasta apontam crescimento tanto no tempo médio de leitura quanto no número de acessos às plataformas nas quatro semanas seguintes ao lançamento da ação. Entre os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, atendidos pelo LeiaSP, o tempo médio semanal de leitura passou de 14,15 para 20,24 minutos, alta de 43,03%.

Também houve aumento no total de usuários ativos. O número de estudantes que acessaram o LeiaSP subiu de 1,37 milhão para 1,57 milhão, crescimento de 14,36% no período analisado.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, atendidos pela plataforma Elefante Letrado, os indicadores também avançaram. O tempo médio semanal de leitura passou de 33,96 para 37,45 minutos, representando aumento de 10,27%.



Além do aumento no tempo de leitura, houve mais acessos à plataforma da rede estadual

A dinâmica adotada pela Seduc-SP é baseada em recompensas digitais. Cada minuto de leitura gera pontos que podem ser trocados por figurinhas virtuais. Em razão do período de Copa do Mundo, cada minuto lido rende cinco pontos, enquanto a conclusão de um livro garante um bônus adicional. Os pontos permitem abrir pacotes virtuais e completar coleções temáticas relacionadas

ao futebol, incluindo seleções, jogadores e campeões mundiais.

Novos álbuns são disponibilizados semanalmente e as figurinhas podem ser trocadas entre colegas, reproduzindo no ambiente digital uma prática tradicional entre estudantes. A orientação da secretaria é que a atividade seja incorporada à rotina escolar com acompanhamento dos professores e momentos

específicos destinados à leitura.

Na Escola Estadual Parque Jurema IV, em Guarulhos, a direção relata mudanças no comportamento dos alunos desde a implantação da iniciativa. Segundo a equipe gestora, estudantes que anteriormente demonstravam dispersão durante as atividades de leitura passaram a participar mais ativamente e a compartilhar experiências relacionadas aos li-

vros e às coleções digitais.

A unidade atende 406 estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e registrou adesão integral à plataforma. Os resultados acompanham a tendência observada em toda a rede. O tempo médio semanal de leitura na escola aumentou de 56,59 para 79,95 minutos, crescimento de 41,27%.

Entre os alunos, o caráter colecionável dos álbuns é apontado como um dos principais atrativos. Muitos relatam que passaram a ler além das atividades obrigatórias para acumular pontos e ampliar suas coleções. O sistema de trocas também contribuiu para fortalecer a interação entre colegas e criar vínculos em torno da prática da leitura.

Além dos resultados nas plataformas digitais, a proposta inspirou iniciativas próprias em algumas escolas. Em Boituva, a Escola Estadual João Moretti criou um álbum físico com figurinhas dos próprios estudantes, professores e funcionários. Batizado de “Padrão FIFA”, o projeto associa a obtenção das figurinhas ao cumprimento de metas relacionadas à frequência, participação nas aulas e convivência escolar. A experiência demonstra como elementos da cultura popular podem ser incorporados ao ambiente educacional para estimular hábitos de leitura e ampliar o engajamento dos estudantes.

Alexandre Boggi assume comando dos Bombeiros

Divulgação/Governo de SP

O coronel Alexandre Coelho Boggi foi nomeado novo comandante do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo. A mudança foi oficializada por decreto publicado nesta terça-feira (23) no Diário Oficial do Estado e marca uma alteração na estrutura de comando da corporação responsável pelas atividades de prevenção, resgate e atendimento a emergências em território paulista.

Boggi substitui o coronel Alexandre Merlin, que deixou a função para assumir a Diretoria de Logística da Polícia Militar. A troca ocorre pouco mais de um ano após a promoção de Boggi ao posto de coronel, alcançado em abril de 2025.

Natural da capital paulista, o novo comandante ingressou na Academia de Polícia Militar do Barro Branco em 1994. Três anos depois, foi declarado aspirante a oficial, iniciando uma trajetória profissional construída em diferentes áreas operacionais, administrativas e

de formação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Antes da nomeação, Boggi estava à frente do Comando de Bombeiros do Interior 3, responsável pelo atendimento das regiões da Baixada Santista, Vale do Ribeira e Vale do Paraíba. A unidade coordena ações de combate a incêndios, operações de salvamento, atendimento pré-hospitalar e atividades preventivas em uma extensa área do estado.

Ao assumir o novo cargo, o coronel destacou o compromisso de dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela corporação. Em manifestação divulgada após a nomeação, afirmou que recebe a missão com responsabilidade e que pretende manter o foco na proteção da população e na valorização dos profissionais que atuam na instituição.

Ao longo da carreira, Boggi exerceu funções em diferentes setores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Entre as unidades pelas

quais passou estão o 7º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano, o 1º Grupamento de Bombeiros, o Comando de Bombeiros Metropolitano, grupamentos instalados no interior paulista e a Escola Superior de Bombeiros “Cel PM Paulo Marques Pereira”.

A formação acadêmica do novo comandante inclui mestrado e doutorado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pelo Centro de Altos Estudos de Segurança da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Também possui especializações em áreas ligadas à atividade de bombeiros, como salvamento terrestre, mergulho autônomo, salvamento em altura e perícia de incêndio. Entre as condecorações recebidas durante a carreira estão a Medalha Valor Militar em Grau Ouro, a Láurea do Mérito Pessoal em 1º Grau e a Medalha do Centenário do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado.



Recém-empossado comandante é natural da capital paulista

CORREIO PAULISTANO

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP



Projeto recebeu 5 votos à favor, 1 contrário e 1 abstenção

Comissão de Finanças aprova relatório final do PL da LDO

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal aprovou nesta terça-feira (23) o relatório final do Projeto de Lei, que estabelece as diretrizes para a elaboração do Orçamento de São Paulo em 2027. O parecer recebeu cinco votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. Segundo o relatório, foram apresentadas 2.575 emendas ao texto. Após análise, 62 propostas foram incorporadas integral ou parcialmente ao substitutivo. A relatora, vereadora Ana Carolina Oliveira (PODE), afirmou que o trabalho buscou contemplar demandas consideradas prioritárias para a cidade, incluindo ações voltadas à proteção de mulheres, idosos e crianças. A única manifestação contrária foi da vereadora Keit Lima (PSOL).

Projetos e votação em plenário

Já o presidente da comissão, João Ananias (PT), optou pela abstenção. O parlamentar argumentou que parte das sugestões apresentadas por sua bancada não foi incluída na versão final do projeto, especialmente propostas voltadas às regiões periféricas. Entre as emendas acolhidas, ele citou a implantação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no bairro de São Domingos. O projeto segue agora para votação em Plenário.

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP



Debate foi solicitado pela vereadora Luana Alves (PSOL)

Impactos de incinerador em Perus

Moradores, especialistas e representantes de movimentos sociais manifestaram preocupação com a possível instalação de um incinerador de resíduos em Perus, na zona noroeste da capital, durante audiência pública realizada na Câmara Municipal de São Paulo. O debate reuniu críticas ao projeto, que prevê a implantação de uma Unidade de Recuperação de Energia (URE) na área do antigo Aterro Bandeirantes. Entre os principais questionamentos levantados estão os possíveis impactos ambientais e riscos à saúde da população local.

Aumento da poluição atmosférica

Há, também uma preocupação com o aumento da poluição atmosférica e efeitos sobre áreas de preservação próximas, como a Terra Indígena Jaraguá e o Parque Anhanguera. Participantes também defenderam maior transparência no processo de licenciamento e a ampliação do diálogo com a comunidade local. O projeto segue em análise de órgãos responsáveis por licenciamento.

Rodízio suspenso I

A Prefeitura de São Paulo vai suspender o rodízio municipal de veículos para automóveis na tarde desta quarta-feira (24), entre 17h e 20h, por causa da partida entre Brasil e Escócia pela Copa do Mundo de 2026. A medida beneficia os veículos com placas finais 5 e 6, que estariam impedidos de circular.

Rodízio suspenso II

Segundo a Prefeitura, a decisão busca facilitar os deslocamentos dos torcedores e reduzir impactos no trânsito durante o período do jogo. As demais restrições de circulação permanecem em vigor, incluindo o rodízio para caminhões, as zonas de restrição para veículos pesados e fretados. Rodízio voltará às 20h.

Incêndio Lapa I

Após cerca de 12 horas, um incêndio que atingiu um galpão de uma distribuidora de autopeças na Lapa, zona oeste de São Paulo, foi controlado nesta terça-feira (23). As chamas consumiram grande parte da estrutura, que tem mais de 10 mil metros quadrados. Os Bombeiros dizem que o fogo ficou concentrado.

Incêndio Lapa II

A concentração do fogo ficou em um dos prédios do complexo e não houve risco de propagação para imóveis vizinhos. A ocorrência mobilizou dezenas de bombeiros e diversas viaturas ao longo da madrugada e da manhã. Não houve registro de feridos. As causas do incêndio ainda serão investigadas pelas autoridades responsáveis.

Metrô/CPTM I

As linhas de metrô e trem de São Paulo terão operação especial nesta quarta-feira (24) para atender os passageiros durante o jogo entre Brasil e Escócia pela Copa do Mundo de 2026. Segundo o governo estadual, haverá reforço na circulação de trens, ampliação do número de funcionários em estações estratégicas.

Metrô/CPTM II

A medida tem objetivo de facilitar o deslocamento dos torcedores antes e após a partida da Seleção Brasileira. Algumas estações contarão com ações relacionadas ao evento da Copa, como divulgação de informações sobre o jogo. Orientação é que os passageiros se programem com antecedência.



Aeronave integra estrutura utilizada pelo Smart Sampa

Helicóptero reconhece rostos nas ruas da capital

Equipamento integrado ao Smart Sampa para monitoramento aéreo

Da Redação

A Prefeitura de São Paulo apresentou nesta segunda-feira (23) um helicóptero equipado com câmeras de alta precisão e tecnologia de reconhecimento facial que passará a integrar o sistema de monitoramento urbano Smart Sampa. A aeronave, chamada de SmartCOP, será utilizada em ações de segurança, fiscalização e apoio a operações realizadas por órgãos municipais.

Segundo a administração municipal, o equipamento conta com sensores capazes de captar imagens em alta resolução durante o dia e à noite. O sistema também possui recursos de visão térmica, permitindo identificar fontes de calor em áreas de mata, regiões de difícil acesso e locais com baixa visibilidade. As imagens serão transmitidas em tempo real para a Central de Monitoramento do Smart Sampa.

De acordo com as informações divulgadas pela prefeitura, o helicóptero tem alcance operacional de até 40 quilômetros em condições consideradas favoráveis. A tecnologia embarcada permite a ampliação das áreas monitoradas pelo município e poderá ser utilizada para acompanhar ocorrências em andamento, apoiar buscas por pessoas desaparecidas e auxiliar em situações de emergência.

A nova aeronave passa a integrar a estrutura tecnológica já utilizada pelo Smart Sampa, programa municipal de videomonitoramento implantado na capital. O sistema

reúne milhares de câmeras distribuídas pela cidade e utiliza recursos de inteligência artificial para gerar alertas relacionados a ocorrências de segurança, além de ferramentas de reconhecimento facial e leitura automática de placas de veículos.

A prefeitura afirma que o Smart Sampa atualmente opera com uma rede formada por equipamentos próprios e câmeras integradas de parceiros públicos e privados. O programa também mantém integração com bases de dados de pessoas desaparecidas e de foragidos da Justiça, em cooperação com outros órgãos de segurança.

O uso de tecnologias de reconhecimento facial em espaços públicos, no entanto, tem sido alvo de debates sobre privacidade, proteção de dados e possíveis falhas de identificação. Em anos anteriores, iniciativas semelhantes enfrentaram questionamentos de organizações da sociedade civil e de órgãos de controle, que cobraram maior transparência sobre critérios de funcionamento, armazenamento de dados e mecanismos de fiscalização dos sistemas utilizados.

Com a incorporação do SmartCOP, a administração municipal amplia a utilização de monitoramento aéreo dentro da estratégia de vigilância urbana da cidade.

A prefeitura não informou, até o momento, o investimento realizado na adaptação da aeronave nem detalhes sobre a quantidade de voos previstos para a operação regular do equipamento.

CORREIO GRANDE SP

Bruno Netto/Câmara de Guarulhos



Vereadores durante a Sessão da Câmara de Guarulhos

Câmara de Guarulhos aprovou seis propostas da Prefeitura

Guarulhos aprovou, em segundo turno, seis Projetos de Lei da Prefeitura. O PL 101/2026, sobre o Sistema, a Política e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; os PLs 122/2026 e 123/2026, que alteram as nomenclaturas dos cargos públicos de Salva-Vidas para Guarda-Vidas e de Inspetor Fiscal de Rendas para Auditor Fiscal; o PL 124/2026, sobre a doação de área à Fazenda do Estado de São Paulo para construção escolar; o PL 125/2026, que trata da desafetação de área pública no bairro Lavras; e o PL 135/2026, sobre a ratificação do 1º Termo Aditivo do CONDEMAT. Todas as propostas serão enviadas para sanção do Executivo. Além disso, foi decidido a manutenção do Veto Parcial sobre o PL 468/2025

Derrite é tema de homenagem

Em primeira discussão foram aprovados os PLs 89/2026, que institui o Programa Imóvel Regular, o PL 136/2026 sobre o Código de Posturas de Guarulhos e o PL 3898/2023 sobre a Política de Prevenção e Combate às Amputações em Pacientes Diabéticos. No Grande Expediente, foram deliberados um PL e um Decreto Legislativo 14/2026, que concede o título de cidadão guarulhense a Guilherme Muraro Derrite, proposto por Daniel Santos (PP).

Divulgação/Câmara de Mogi das Cruzes



Poliana de Lima Noronha será diretora da instituição

Mogi lança a Escola do Legislativo

A Escola do Legislativo de Mogi foi lançada, buscando aproximar a população das atividades parlamentares e ampliar a capacitação de servidores da Casa. O evento contou com a presença de vereadores e integrantes da Comissão de Educação, que acompanharam a apresentação da nova iniciativa. A servidora Poliana de Lima Noronha foi nomeada diretora do instituto, que terá Thiago Antônio Batalha como vice-diretor e coordenador pedagógico. Segundo Poliana, a escola busca firmar parcerias com instituições como a ABEL e o Interlegis.

Foco da Escola

O foco inicial da Escola do Legislativo será a oferta de cursos em parceria com instituições externas, incluindo formações com certificação da ENAP, voltadas para servidores e população em geral. Além disso, estão em elaboração o Regimento Interno e o Planejamento Pedagógico da escola. Parlamentares elogiaram o projeto e ressaltaram a aproximação da Câmara da população.

Cotia I

O novo Ponto Humanizado Inclusivo de Cotia foi inaugurado no Centro da cidade. Um espaço que oferece conforto e acessibilidade, reunindo tecnologia e serviços como climatizadores, mini biblioteca, Wi-Fi gratuito, carregadores de celular, espaço sensorial, acessibilidade e monitoramento 24 horas.

Cotia II

O equipamento conta com o programa Cotia com Sinais, que oferece atendimento em Libras por videochamada, e um espaço sensorial. Além disso, o ponto conta com um totem de emergência e 11 câmeras que são integradas à Central da GCM. A obra foi executada por contrapartida urbanística de R\$ 672,3 mil.

Suzano I

O vereador João Batista Nogueira de Azevedo (PRD), apresentou um PL na Câmara que torna obrigatória a disponibilização do PIX como forma de pagamento na Zona Azul. A proposta busca modernizar o sistema de estacionamento rotativo, facilitando a rotina dos motoristas que não usam o aplicativo atual.

Suzano II

Segundo o parlamentar, a falta de alternativas pode gerar notificações e multas que poderiam ser evitadas. Ele afirma que o PIX, por ser uma das formas de pagamento mais usadas no país, tornaria o processo mais rápido e acessível, reduzindo dúvidas no atendimento e melhorando a experiência dos usuários. O PL está em análise.

Barueri I

A nova gestão do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência em Barueri foi empossada na sede da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (Sads). O órgão amplia e qualifica o atendimento aos menores.

Barueri II

O Comitê é formado por representantes das secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Segurança, Mulher, Família, Esporte e Cultura. Também participam membros dos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, Assistência Social, Saúde e Educação.



Debate abriu espaço para sugestões e questionamentos

Câmara debate Plano Diretor de Santo André

A reunião discutiu sobre o desenvolvimento da cidade

Da Redação

Santo André realizou uma audiência pública para debater o Projeto de Lei do Executivo 17/2026, que institui o novo Plano Diretor da cidade. A reunião contou com vereadores, representantes do Executivo, especialistas e moradores, que discutiram as diretrizes que vão orientar o desenvolvimento urbano da cidade. A mesa dos trabalhos foi composta pelo presidente da Câmara, vereador Carlos Ferreira (MDB); pelo presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, vereador Clóvis Girardi (PT); e pela secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marília Formoso Camargo.

Na apresentação técnica, Marília Formoso Camargo explicou que o novo Plano Diretor abrange temas que não estavam sendo contemplados na legislação vigente, como mudanças climáticas, gestão integrada de riscos e resiliência urbana. De acordo com a secretária, a proposta busca conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Os pontos principais apresentados foram o incentivo à produção de habitação de interesse social em áreas mais centralizadas, a criação de mecanismos para proteção do patrimônio cultural, a consolidação de corredores comerciais, a integração das políticas de saneamento ambiental e a

adoção de medidas para adaptação às mudanças climáticas.

A audiência também abriu espaço para questionamentos dos vereadores e do público presente.

O vereador Dr. Fábio Lopes (CIDADANIA) trouxe preocupações sobre a verticalização na infraestrutura urbana, questionando como a cidade vai garantir a capacidade das redes de abastecimento de água e energia diante deste caso. O parlamentar defendeu incentivos para projetos de retrofit com sustentabilidade.

Em resposta, Marília Formoso informou que estas questões serão detalhadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo, destacando que o novo Plano Diretor autoriza a elaboração de uma legislação específica para retrofit.

O vereador Ricardo Alvarez (PSOL) defendeu ferramentas que estimulam a ocupação de imóveis vazios e a ampliação da conexão entre o desenvolvimento econômico e os centros de inovação da cidade. Já o parlamentar Tiago Nogueira (PT) sugeriu incorporar ao Plano Diretor temas como infraestrutura para veículos elétricos e a adaptação da cidade ao envelhecimento.

Durante o debate, Marília Formoso afirmou que o projeto amplia as ZEIS em áreas de mananciais e mantém o remanejamento interno das famílias. Também explicou que pequenos comércios poderão ser incluídos na regularização fundiária.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Reprodução ABr/Agência Senado



Levantamento do Indexa Pesquisas mostra empate em opiniões sobre segurança pública

Lula e Flávio Bolsonaro empatam no quesito segurança pública, aponta pesquisa Indexa

O presidente Lula (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) aparecem tecnicamente empatados na percepção dos eleitores sobre quem tem mais competência para melhorar a segurança pública no Brasil. É o que mostra levantamento da Indexa Pesquisas divulgado nesta segunda-feira (23/6).

Segundo a pesquisa, Lula foi citado por 34% dos entrevistados, enquanto Flávio Bolsonaro aparece com 33%. A diferença de apenas um ponto percentual está dentro da margem de erro do levantamento, configurando empate técnico entre os dois.

O resultado faz parte de um comparativo entre possíveis candidatos à Presidência da República e mede a percepção dos eleitores sobre quem teria maior capacidade para enfrentar um dos temas que mais preocupam a população brasileira.

“A proximidade entre os números de Lula e Flávio quando se trata do tema segurança pública mostra que, apesar de liderar um debate recente sobre o assunto, quando defendeu a declaração das organizações criminosas como terroristas, Flávio não conseguiu gerar identidade e ter essa como uma pauta sua. O país segue dividido inclu-

sive sobre esse tema”, opina Arilton Freres, sociólogo e CEO do Indexa Pesquisas.

A pesquisa foi realizada entre os dias 18 e 20 de junho, por meio de 2 mil entrevistas individuais por telefone em todas as regiões do país. O levantamento tem margem de erro de 2,2 pontos percentuais, para mais ou para menos, e nível de confiança de 95%.

Segundo o instituto, todas as entrevistas passaram por análise com apoio de inteligência artificial para verificação de consistência e qualidade, além de auditoria realizada por profissionais humanos. O estudo está registrado na Justiça Eleitoral sob o número BR-08944/2026.

Lula lidera cenário de 2º turno

A mesma rodada da pesquisa Indexa também simulou um eventual segundo turno entre Lula e Flávio Bolsonaro na disputa pela Presidência. Nesse cenário, o presidente aparece com 47% das intenções de voto, contra 40% do senador do PL. Brancos e nulos somam 9%, enquanto 4% dos entrevistados disseram não saber ou preferiram não responder.

Advogado é criticado por usar “distintivo” em delegacia

O advogado Guilherme Mitoti recebeu críticas nas redes sociais após publicar um vídeo gravado dentro de uma delegacia utilizando um acessório semelhante a um distintivo preso ao pescoço. A imagem gerou repercussão nas redes sociais e questionamentos sobre o uso do objeto pelo profissional.

No vídeo, o profissional afirma que está em uma delegacia para acompanhar um cliente que havia sido intimado pela polícia. “Acompanhando o cliente que recebeu uma intimação”, diz logo no início da gravação.

Na sequência, ele defende a importância da assistência jurí-

dica ainda na fase policial. “Por isso, a importância de um advogado em sede policial. Quando recebe a intimação, não é obrigado ter a presença de um advogado, mas é muito importante você contratar um advogado”.

Apesar da mensagem voltada à orientação jurídica, o que mais chamou a atenção dos usuários foi o acessório utilizado pelo advogado, semelhante a um distintivo. Nos comentários, diversos internautas e profissionais do direito ironizaram a situação.

“Às vezes o preço por exercer o perfil. Outro comentou: ‘Mãe, eu queria ser delegado, mas

só consegui passar na OAB”. Também houve quem ironizasse a aparência do objeto, chamando-o de “bolachão”.

Pela legislação brasileira, advogados não têm obrigação legal de utilizar distintivos, crachás ou qualquer outro acessório de identificação para atuar em delegacias ou acompanhar clientes em procedimentos policiais.

A identificação do profissional ocorre, em regra, por meio da carteira expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), documento que comprova a habilitação para o exercício da advocacia e garante o acesso às prerrogativas previstas no Estatuto da Advocacia.

Marcos Oliveira/Agência Senado



TCU recomenda maior integração das ações

TCU diz que Brasil perde R\$ 100 bilhões por ano com golpes digitais e cobra ação do governo

O Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que os brasileiros perdem cerca de R\$ 100 bilhões por ano com golpes digitais e enviará à Câmara dos Deputados um acórdão para subsidiar a análise de projetos que estabelecem regras mais rígidas nas plataformas digitais. Em documento obtido pela coluna, a Corte afirmou que o combate a esse tipo de fraude “não está na agenda governamental”, apontou falhas na atuação de órgãos federais e defendeu mudanças na legislação para dificultar a ação de golpistas.

Segundo o relatório, sete das oito organizações auditadas “poderiam atuar muito mais” para reduzir golpes praticados por meio da personificação governamental. O trabalho avaliou órgãos como Caixa Econômica Federal, INSS, Receita Federal, Correios, Ministério da Saúde, Ministério da Gestão e da Inovação, Ministério do Empreendedorismo e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, além do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Entre as conclusões, o TCU afirma que a ampla digitalização dos serviços públicos aumentou a exposição dos brasileiros a fraudes e que ainda há insuficiência de mecanismos de prevenção, detecção e investigação. O documento também destaca que a subnotificação dos golpes dificulta a real dimensão do problema e favorece a atuação dos criminosos.

Na avaliação da área técnica, um dos principais fatores para a proliferação das fraudes é a ausência de mecanismos robustos para verificar a identidade de anunciantes nas plataformas digitais. Segundo o relatório, a facilidade para criar contas e impulsionar anúncios permite que golpistas utilizem nomes, logotipos e identi-

dade visual de órgãos públicos para enganar cidadãos.

Por esse motivo, o tribunal recomenda que a Câmara considere dispositivos previstos no PL 2.630/2020 e no PL 4.611/2024, que exigem a identificação dos responsáveis por anúncios e contas nas redes sociais.

“A ausência de controles robustos e eficazes de ‘conheça seu cliente’ (KYC) em plataformas digitais e redes sociais permite que os anunciantes não estejam obrigatoriamente vinculados a uma identidade civil verificável, o que leva à criação recorrente de contas destinadas à prática de golpes digitais”, registra a auditoria.

O documento informa que esse risco será incluído na Lista de Alto Risco do TCU e que uma cópia do acórdão será enviada à Câmara dos Deputados para subsidiar a deliberação sobre os projetos de lei.

A auditoria reúne estudos do Instituto Datafolha e da Global Anti-Scam Alliance (GASA) que convergem para uma estimativa de perdas de aproximadamente R\$ 100 bilhões por ano com golpes digitais no Brasil. Segundo o TCU, esse montante seria suficiente para comprar cerca de 142 milhões de cestas básicas, quantidade capaz de alimentar toda a população brasileira em situação de extrema pobreza por aproximadamente 19 meses.

Além dos impactos financeiros, o tribunal afirma que as fraudes provocam consequências para a saúde mental das vítimas, como ansiedade, depressão, vergonha, perda de autoestima e medo permanente de utilizar serviços digitais. O relatório reúne depoimentos de vítimas, psicólogos e psiquiatras e cita estudos nacionais e internacionais que apontam, em casos extremos, risco de ideação suicida após grandes perdas financeiras.

CORREIO POLÍTICO

José Cruz/Agência Brasil



O ato de votar não é barato: bilhões em jogo

Além das fake news, as fake contas

Fundo partidário, orçamento secreto, impulsionamento de campanhas digitais. Além do controle das fake news, há um outro ponto que merecerá atenção especial da Justiça Eleitoral nas eleições deste ano: a contabilidade das campanhas. Nesta quarta-feira (24), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) fará em Brasília um seminário para discutir o desafio da transparência nas contas eleitorais. O encontro vai reunir representantes do Tribunal Superior Eleitoral, da Casa Civil da Presidência e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no auditório do CFC. É uma discussão bem longe de ser banal. O Fundo Eleitoral repassa nada menos que R\$ 5 bilhões aos partidos. Que têm mais R\$ 1 bilhão do Fundo Partidário.

Se não para o bolso, para campanha

Há ainda a farta distribuição do chamado orçamento secreto. As investigações que vêm sendo conduzidas sob o comando do ministro Flávio Dino no Supremo Tribunal Federal (STF) apontam que boa parte do dinheiro dessas emendas, se não se desvia para o bolso dos envolvidos, tem financiado campanhas eleitorais. O parlamentar destino o dinheiro para o município, e, com ele, o prefeito azeita a contratação dos esquemas eleitorais.

CFC



CFC entra na discussão das contas eleitorais

Publicidade digital e fake news

Em certos casos, os problemas se conectam. Se hoje o TSE está especialmente preocupado com a propagação de fake news, no caso da contabilidade das campanhas, há um foco grande em torno da comprovação dos gastos com publicidade digital. De um modo geral, o coordenador da Comissão Nacional de Contabilidade Eleitoral do CFC, Guilherme Guimarães, explicou ao Correio Político que há hoje maior rigor nos mecanismos de fiscalização para garantir maior transparência e velocidade na comprovação dos gastos eleitorais.

Prova material do gasto

"Atualmente, a Justiça Eleitoral trabalha com mecanismos de fiscalização cada vez mais integrados e automatizados", afirmou Guimarães. "Candidatos, partidos e profissionais envolvidos precisam manter controle rigoroso sobre arrecadações, despesas e documentação comprobatória", a chamada prova material do gasto. Do contrário, pode haver rejeição das contas.

POR
RUDOLFO LAGO

Rejeição

Segundo Guilherme Guimarães, as principais causas de desaprovação ou rejeição das contas costumam estar relacionadas ao recebimento de recursos de origem não identificada, utilização de recursos de fontes vedadas, ausência de documentação e divergências nos registros contábeis.

Fundos

De acordo com o coordenador do CFC, os Fundos Eleitoral e de Campanha viraram duas das maiores preocupações. Os recusos estão sendo destinados corretamente? Há comprovação dos gastos realizados? Estão cumpridas as quotas de raça, etnia e gênero? As sobras financeiras são corretamente devolvidas?

Digital

Diz Guimarães que a publicidade digital será um dos pontos principais de atenção. Hoje, tornaram-se a principal forma de campanha eleitoral. E há toda uma legislação específica para isso. Campanhas eleitorais têm restrições, por exemplo, para impulsionar conteúdo patrocinado e para fazer engajamento pago.

Cruzamento

A tecnologia, afirma Guilherme Guimarães, tem sido ferramenta importante. "Os sistemas da Justiça Eleitoral permitem o cruzamento automático de informações bancárias, fiscais, cadastrais e financeiras, reduzindo significativamente a possibilidade de inconsistências passarem despercebidas", considera o coordenador.

Planejamento

Para Guimarães, há ainda um ponto que deveria merecer maior cuidado dos mecanismos de controle financeiro das campanhas: o planejamento contábil e financeiro pré-eleitoral. "A experiência demonstra que as campanhas mais seguras são aquelas que realizam planejamento antecipado", defende.

Gestão

Guilherme Guimarães considera que a campanha deste ano pode ser um ponto de virada, no qual o profissional da contabilidade deixa de atuar apenas na prestação de contas e passa a exercer papel estratégico na gestão, transparência e segurança das campanhas. O desafio não é pequeno.



Joseli foi o comandante do avião presidencial de Lula

STM avalia se mantém ex-piloto de Lula em processo

Tribunal avalia questionamento da defesa de Bolsonaro

Por Gabriela Gallo

O plenário do Superior Tribunal Militar (STM) julga, nesta quarta-feira (24), um recurso da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) acerca dos julgamentos que podem levar à perda da sua patente de capitão, após a condenação do Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado.

Segundo os advogados de Bolsonaro, o vice-presidente do STM, ministro tenente-brigadeiro do ar Francisco Joseli Parente Camelo, não está apto e não tem condições de participar do julgamento do caso com imparcialidade devido a seu histórico com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e com a ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Francisco Parente Camelo foi o comandante do avião presidencial durante o primeiro e segundo mandatos de Lula, assim como no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Como ele atuou como piloto responsável pela aeronave presidencial por 12 anos, a defesa do ex-presidente alega que isso o tornaria parcial no julgamento. A presidente do STM, ministra Maria Elizabeth Rocha, negou o pedido liminarmente e manifestou que não impactaria o julgamento do caso. Agora, o restante do plenário julgará o recurso, e a tendência é que mantenha o entendimento de Maria Elizabeth.

Questionada pelo Correio da

Manhã, a assessoria do Superior Tribunal Militar informou que o julgamento desta quarta-feira é técnico, sem mérito do processo. Além disso, caso a Corte acate o recurso apresentado pelo ex-presidente e defina pelo afastamento do tenente-brigadeiro do ar do caso, o processo se dará com um ministro a menos, pois não há ministro substituto na Corte.

Em fevereiro, o STM recebeu uma denúncia do Ministério Público Militar (MPM) determinando a perda do posto e da patente de Jair Bolsonaro (PL), capitão da reserva do Exército, e outros quatro militares condenados pelo STF por integrarem o grupo principal do plano de tentativa de golpe de Estado. São eles: o general da reserva Walter Souza Braga Netto, o almirante da reserva Almir Garnier Santos, o general da reserva Paulo Sérgio Nogueira e o general Augusto Heleno Ribeiro. Vale destacar que o Tribunal não reexamina as condenações criminais já transitadas em julgado, apenas avalia se as condutas praticadas são compatíveis com o decoro exigido para que enverguem suas fardas e mantenham as suas patentes.

O STM explicou que os ministros relatores de cada processo estão na fase de análise para preparação dos seus votos. Até o momento, nenhum ministro e nenhum revisor apresentou seus votos, tampouco há um prazo definido para isso.

Eventual saída de Wagner abre disputa pela liderança

Pressionado pela investigação da PF, líder deve discutir permanência com Lula

Por Beatriz Matos

A expectativa de que Jaques Wagner (PT-BA) deixe a liderança do governo no Senado ganhou força nos bastidores de Brasília e já desencadeou uma nova movimentação dentro do Palácio do Planalto: a busca por um substituto capaz de assumir uma das funções mais estratégicas da articulação política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A definição deve avançar nesta quarta-feira (24), quando o senador tem previsão de se reunir com Lula.

Antes disso, Wagner também deve conversar com o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), que tem apoiado publicamente o líder petista, desde a operação da Polícia Federal (PF).

Embora o senador continue negando irregularidades e ainda não tenha anunciado qualquer decisão oficial, integrantes da cúpula petista e auxiliares do governo já tratam a saída como o cenário mais provável.

A avaliação é de que a permanência de Wagner ampliaria o desgaste político provocado pela operação da PF que o colocou entre os alvos da investigação sobre o caso Banco Master.

Nos bastidores, interlocuto-



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jaques Wagner deve ter reunião com Lula nesta quarta

res relatam que o próprio Lula foi informado nos últimos dias de que o senador teria se convencido da necessidade de deixar o posto.

O argumento apresentado por aliados é que o afastamento ajudaria a reduzir a pressão sobre o governo e permitiria que Wagner concentrasse esforços na própria defesa.

A crise ganhou uma nova dimensão após a divulgação dos detalhes da investigação. Segundo a Polícia Federal, Wagner teria atuado em favor de interesses ligados

ao Banco Master no Congresso Nacional e, em contrapartida, recebido vantagens econômicas que incluíam um apartamento avaliado em cerca de R\$ 2,5 milhões e repasses de aproximadamente R\$ 3,5 milhões por meio de empresas ligadas ao núcleo familiar do senador.

Durante a operação, agentes também apreenderam US\$ 55 mil e 33 mil euros em espécie, montante próximo de meio milhão de reais.

A defesa contesta todas as acu-

sações. Os advogados afirmam que os valores encontrados possuem origem lícita, provenientes de diárias recebidas em missões oficiais e da compra regular de moeda estrangeira. Também sustentam que Wagner jamais atuou para favorecer o Banco Master e que se posicionou contra propostas que poderiam beneficiar a instituição.

Mesmo assim, a avaliação dentro do governo é que o impacto político da operação ultrapassou o campo jurídico.

Integrantes do Planalto relatam que um dos fatores que mais contribuíram para o desgaste foi a repercussão das imagens do dinheiro apreendido e das suspeitas envolvendo um apartamento de alto padrão em Salvador.

Sucessão

Com a possível saída de Wagner, a atenção se volta para quem assumirá a liderança do governo no Senado.

Nos bastidores, dois nomes aparecem com mais frequência: os senadores Camilo Santana (PT-CE) e Teresa Leitão (PT-PE).

Camilo é visto por parte do PT como um nome capaz de manter interlocução direta com Lula e também com Davi Alcolumbre. O principal obstáculo é que o senador tem repetido aliados que sua prioridade está voltada para a articulação política no Ceará e para a campanha de reeleição do governador Elmano de Freitas (PT-CE).

Teresa Leitão surge como alternativa com apoio crescente dentro da bancada petista.

A senadora é considerada uma opção mais viável caso Camilo decida permanecer de fato concentrado nas disputas eleitorais de 2026.

Banco da Universal semelhante ao Master

Reprodução X

Por Gabriela Gallo

O Banco Digimais, do fundador da Igreja Universal Reino de Deus, bispo Edir Macedo, foi alvo da Operação Miragem da Polícia Federal (PF), deflagrada nesta terça-feira (23) para apurar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (o conjunto de órgãos, entidades supervisoras e instituições operativas que regulam, fiscalizam e executam a circulação de moeda e crédito no país).

Os delitos são de fraudes bancárias e financeiras na gestão do banco. A PF emitiu nove mandados de busca e apreensão contra dez empresas e oito pessoas físicas, incluindo o bispo.

Como Edir Macedo não mora no Brasil, não foi expedido um mandato de busca e apreensão em sua residência, mas as autoridades autorizaram o afastamento dos sigilos bancário e fiscal dos investigados, tal como o sequestro e bloqueio de bens e valores

de mais de R\$ 670,3 milhões.

De acordo com a PF, relatórios do Banco Central (BC) apontam que os investigados "teriam manipulado demonstrativos contábeis e registros regulatórios para ocultar a real situação financeira da instituição, aparentar solvência perante os órgãos de controle e viabilizar operações supostamente irregulares". Se condenados, os investigados podem responder pelos crimes de gestão fraudulenta, inserção de dados falsos em demonstrativos contábeis e realização de operações de crédito vedadas.

As investigações policiais apontam que o modus operandi do Banco Digimais era semelhante ao esquema de falsificação financeira do Banco Master. Ambas as instituições financeiras manipularam seus reais dados, "engordando" suas carteiras de crédito, e ambas ofereciam CDBs (Certificados de Depósito Bancário), investimento de renda fixa emitido por bancos, acima da

média do mercado. Antes de ser liquidado, o Master chegou a oferecer entre 120% e 140% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), uma taxa de juros de curto prazo cobrada em empréstimos entre bancos. O Digimais oferecia taxas que variavam de 111% a 120% do CDI.

Na mesma linha, outro ponto semelhante na estratégia dos dois bancos é a precificação de ativos dos bancos bem acima do seu real valor de mercado. A medida visava inflar o balanço da instituição e dar lastro a uma maior emissão de CDBs.

Por meio de nota divulgada à imprensa, o Banco Digimais disse que "permanece à disposição das autoridades para prestar quaisquer esclarecimentos e colaborar com as apurações em curso".

"A instituição reafirma seu compromisso com a transparência, a conformidade regulatória e a plena colaboração com as autoridades competentes", disse a nota.



Banco de Edir Macedo comportou-se como o Master

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Parlamentar do Psol recorreu ao MP

Bets: deputadas querem proibir estímulo em TV da Copa

O exagero na propaganda de bets e o estímulo a apostas durante a transmissão de jogos da Copa ameaçam transformar a CazéTV de cisne em patinho feio.

O canal digital motivou ações de duas deputadas: Erika Hilton (Psol-SP) anunciou ter ido ao Ministério Público para proibir a publicidade de bets por comentaristas esportivos; Camila Jara (PT-MS) apresentou projeto de lei para impedir a “indução ao comportamento especulativo e a publicidade abusiva de apostas”.

O foco das parlamentares é a maneira como a publicidade vem sendo feita durante as transmissões. A CazéTV também tem sido alvo, pelo menos motivo, de muitas queixas em redes sociais.

Sugestões na tela

Uma das principais reclamações das parlamentares está relacionada a sugestões de apostas feitas por profissionais encarregados das transmissões.

Eles chegam a sugerir que o espectador aposte em resultados ou lances improváveis, capazes de oferecer alto retorno em caso de acerto. O mecanismo é baseado em “odds”, números que traduzem probabilidades e indicam o eventual retorno financeiro.

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Camila Jara quer impedir indução a apostas

Resultados improváveis

Em postagem no X, Erika afirmou ser inaceitável que comentaristas induzam espectadores a apostarem ou sugiram resultados improváveis.

O texto do projeto, protocolado ontem por Camila, proíbe que profissionais encarregados da transmissão de jogos mencionem, analisem ou comentem “odds, cotações ou retornos financeiros de apostas”.

Eles também seriam proibidos de sugerir palpites ou prognósticos relacionados a apostas ou usar expressões como “favorito nas apostas” ou “zebra financeira”.

Funções distintas

O projeto admite a presença, em transmissões, de encarregados de fazer publicidade de bets, desde que esses consultores (“tipsters”) tenham qualificação para isso e não atuem como locutores, repórteres ou comentaristas.

Essa publicidade seria submetida a normas e acompanhada de advertências sobre riscos de perda de dinheiro e de ludopatia (vício em jogos de azar).

Multas pesadas

Pela proposta, os canais infratores ficariam sujeitos a a multas sobre seu faturamento no ano anterior, valores que iriam variar de R\$ 50 mil a R\$ 10 milhões e que poderiam ser duplicados. Haveria penalidades adicionais em caso de reincidência, como a proibição de veiculação de publicidade de apostas.

Sem prejuízos

Em mensagem que circula em redes sociais, Casimiro Miguel, o Cazé, apresentador e sócio do canal, disse não ver maiores problemas na publicidade de bets que tem sido veiculada. Admitiu que pode haver incômodo pelo excesso de propaganda, mas alegou que isso não gera prejuízos a terceiros.

Aposta tucana

Por falar nisso: tem gente bem informada apostando que a vereadora do Rio Helena Vieira, irmã do deputado federal Luciano Vieira — ambos são do PSDB —, aceitaria trocar sua pré-candidatura a senadora pela vaga de primeira suplente do deputado Pedro Paulo (PSD). Mas não vai ser fácil.

Olho no lance

Pré-candidato ao governo, Eduardo Paes (PSD), porém, prefere investir, para a suplência, no ex-deputado e ex-banqueiro Ronaldo Cezar Coelho. Ele é gestor do Samambaia Master Fundo de Investimento. A aposta na suplência é quente: caso ambos sejam eleitos, Pedro Paulo deve ir para a equipe de Paes e liberar a vaga no Senado.

Preocupação

A operação de ontem no Digimais, banco do bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, gerou preocupações no governo de São Paulo. No ano passado, o banco, já em dificuldades, foi admitido entre os que poderiam oferecer crédito consignado a PMS paulistas.

Ligações

Candidato à reeleição, o governador Tarcísio de Freitas é filiado ao Republicanos, partido controlado pela Universal. O Digimais também pode oferecer consignados a servidores da prefeitura paulistana, mas, de acordo com publicações no Diário Oficial, as autorizações são mais antigas, de 2023.



Prazo da domiciliar de Bolsonaro se encerra na quinta

Bolsonaro depõe sobre arma apreendida

Decisões de Mendonça sofrem questionamentos políticos

Por Beatriz Matos

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) prestou depoimento nesta terça-feira (23) à Polícia Civil do Distrito Federal para esclarecer a história da pistola registrada em seu nome e apreendida com um de seus seguranças durante uma blitz da Polícia Militar na semana passada.

A oitiva ocorreu a poucos dias do encerramento do prazo de 90 dias da prisão domiciliar humanitária concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), aumentando a expectativa sobre os próximos desdobramentos do caso. O prazo da domiciliar se encerra nesta quinta-feira (25).

Segundo a defesa, Bolsonaro apenas reafirmou as explicações já apresentadas anteriormente. Os advogados sustentam que a arma apresentou uma falha mecânica e foi entregue a um segurança para manutenção. O episódio, no entanto, levou o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, a solicitar esclarecimentos sobre a razão de o ex-presidente manter o armamento em casa e sobre a realização do reparo justamente às vésperas do término da domiciliar. A decisão sobre a continuidade ou não do benefício caberá ao relator do processo.

Enquanto Bolsonaro busca esclarecer o episódio da arma, outra frente de investigação relacionada ao seu entorno político passou a movimentar o Supremo

nesta semana. A discussão envolve o financiamento do filme Dark Horse, que retrata a trajetória política do ex-presidente, e a possibilidade de o caso passar para a relatoria do ministro André Mendonça.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu que o caso seja redistribuído para André Mendonça por entender que existe conexão com as investigações do Banco Master. Atualmente, a palavra final está nas mãos do presidente do STF, ministro Edson Fachin, que decidirá qual será a relatoria do procedimento.

A possibilidade de Mendonça assumir também essa frente de investigação reacendeu críticas e suspeitas levantadas por setores políticos. O principal argumento é a diferença entre as medidas já adotadas contra Jaques Wagner e a ausência, até o momento, de providências semelhantes no caso envolvendo o filme.

Especialistas, porém, avaliam que ainda não há elementos concretos para sustentar acusações de parcialidade.

Para o professor de Direito Eleitoral Arthur Rollo, eventuais alegações de suspeição precisam ser sustentadas por fatos objetivos e não apenas por interpretações políticas. “Quaisquer alegações de suspeição devem ser feitas por meio de petição própria que evidencie elementos concretos que justifiquem a alegação”.

CORREIO JURÍDICO

Divulgação/CNJ

ANDRE SOUZA
JOÃO COCKELL

Sistema permite buscar documentos em locais diferentes

“Meu Registro” unifica pedidos de certidões em plataforma

Lançada na segunda-feira (22) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a plataforma Meu Registro passa a reunir, em um único ambiente digital, pedidos de certidões de diferentes cartórios e especialidades registrais. A ferramenta permite solicitar simultaneamente documentos como certidões de nascimento, casamento e registros imobiliários, mesmo quando emitidos por serventias localizadas em estados distintos. Integrada ao Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), a plataforma também oferece acompanhamento dos pedidos por meio de um número único de protocolo. Segundo o CNJ, a iniciativa busca reduzir burocracias, deslocamentos e a necessidade de acessar sistemas diferentes para cada serviço registral.

Plano de Saúde deve custear cirurgia

A Quarta Turma do STJ decidiu que planos de saúde devem custear cirurgia robótica para tratamento de câncer de próstata, mesmo quando o procedimento não constava no rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) à época da negativa. Os ministros entenderam que a cobertura de tratamentos oncológicos é obrigatória e que a ausência da técnica específica na lista da agência não justifica a recusa.

Divulgação/TST



Grávida tem direito à indenização em novo trabalho

Direito da gestante

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que uma trabalhadora grávida demitida sem justa causa mantém o direito à indenização pelo período de estabilidade, mesmo que consiga outro emprego depois da dispensa. Para os ministros, a proteção à gestante é garantida pela Constituição e não depende de a trabalhadora permanecer desempregada ou pedir para voltar ao antigo cargo. No caso analisado, uma atendente de supermercado do Rio Grande do Sul foi demitida durante a gestação e teve reconhecido o direito à indenização.

Julgamento sobre vínculo de emprego

Levantamento divulgado pelo TST aponta que motoristas de aplicativos têm gastos médios que chegam a R\$ 5.566 para quem utiliza veículo próprio e a R\$ 5.706 para quem trabalha com carro alugado. Os custos incluem combustível, manutenção, depreciação do veículo, seguros, impostos, internet móvel e alimentação. O Tribunal deve decidir em breve sobre vínculo de emprego entre plataformas e trabalhadores.

OAB I

A Comissão Especial da Advocacia Multiportas da OAB se reuniu para debater sobre os desafios contemporâneos da profissão. Os participantes discutiram a Advocacia Multiportas, como um modelo de atuação que amplia as possibilidades de serviços jurídicos e fortalece a relação entre advogado e cliente.

OAB II

A proposta, estruturada a partir das “sete portas de conexão”, foi apresentada como uma mudança na cultura jurídica, e não apenas como uma formulação teórica. Os debates também mostraram a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o modelo entre os integrantes do sistema institucional.

Motorista I

A Segunda Turma do TST anulou a justa causa aplicada à dispensa de um motorista da Real Auto Ônibus Ltda., do Rio de Janeiro, que desviou o ônibus de sua rota específica sem autorização. Para o Colegiado, o fato não foi grave o suficiente para justificar a sanção, principalmente por ser um caso isolado.

Motorista II

O motorista desviou do itinerário sem autorização quando trafegava no centro do Rio de Janeiro, com isso, ele teria deixado de atender aos usuários da linha Central/Alvorada e descumprindo normas. O fato foi comprovado por plotagem de GPS. A ministra Maria Helena Mallmann entendeu que o caso não foi um mau comportamento.

Mandado I

A Quinta Turma do STJ decidiu que é ilegal a busca domiciliar apenas com base em informações de terceiros. Para o colegiado, a entrada de policiais em residência sem mandado ou autorização do morador só pode ocorrer quando houver justa causa que demonstre de forma concreta a situação de flagrante.

Mandado II

O caso envolve um homem acusado de tráfico, condenado após ser apontado por corréus. O STJ entendeu que esse relato, sem confirmação de outros elementos, não justifica a entrada no imóvel. O relator destacou a falta de comprovação de consentimento e declarou a busca ilegal, levando à absolvição.

Ilustração/Imagem gerada por IA



Entidades defendem modelo presencial de sustentação oral

CNJ retoma debate sobre sustentação oral virtual

Proposta prevê retirada de processos do plenário virtual

Da Redação SP

A possível retomada, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da análise da proposta que prevê a retirada automática de processos do plenário virtual quando houver pedido de sustentação oral volta a mobilizar a comunidade jurídica. O tema reacende o debate sobre como conciliar a digitalização da Justiça com a preservação das garantias processuais.

Para Leonardo Guerzoni Furtado de Oliveira, diretor da AASP (Associação dos Advogados), a discussão não representa uma resistência ao avanço tecnológico. “A transformação digital trouxe ganhos inegáveis para a prestação jurisdicional. A Advocacia reconhece esses avanços e participa ativamente desse processo de modernização. O debate não é entre tecnologia e tradição”, afirma.

A proposta em análise determina que, sempre que houver requerimento de sustentação oral, o processo seja automaticamente transferido para sessão presencial ou por videoconferência. O julgamento começou em maio deste ano, mas foi suspenso e aguarda nova inclusão na pauta do CNJ.

Segundo Guerzoni, a sustentação oral continua desempenhando papel relevante, especialmente em processos complexos. “A sustentação oral não existe por apego a formalidades. Ela permite esclarecer aspectos que nem sempre ficam evidentes nas

manifestações escritas, responder a dúvidas que surgem durante o julgamento e contribuir para a formação do convencimento dos julgadores”, destaca.

O debate ganhou força após a consolidação dos julgamentos virtuais em todo o país, especialmente depois da Resolução nº 591/2024 do CNJ. Embora o modelo tenha ampliado a produtividade dos tribunais e contribuído para a redução do acervo processual, também passou a gerar questionamentos sobre a efetividade da participação das partes e da Advocacia nos julgamentos colegiados.

Entre as preocupações levantadas por especialistas estão a redução dos espaços de diálogo entre advogados e magistrados, o enfraquecimento da oralidade como instrumento de convencimento e o risco de que atos processuais relevantes sejam transformados em etapas meramente formais.

Para a AASP, o avanço tecnológico deve ser acompanhado de mecanismos que garantam participação efetiva e reforcem a confiança dos cidadãos no sistema de Justiça. A entidade defende que a modernização do Judiciário preserve garantias constitucionais como o contraditório, a ampla defesa, a transparência e a efetiva participação das partes nos julgamentos.

Até o momento, não há confirmação oficial sobre a data de retomada da votação no CNJ.

General Pazuello*

Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás!

O ordenamento jurídico brasileiro enfrenta constantes tensões estruturais entre a necessidade de garantir a segurança pública frente a ameaças complexas e a salvaguarda de direitos fundamentais da democracia.

O equilíbrio entre a eficácia punitiva do Estado e os direitos individuais garantidos pela Carta Magna de 1988 constitui um dos dilemas mais profundos do direito penal contemporâneo no Brasil.

Nos últimos anos, os conceitos de “paz pública”, “segurança da coletividade” e “proteção institucional” têm guiado o Congresso Nacional e o Poder Executivo na formulação de novas tipificações penais e no recrudescimento de penas.

Contudo, essa expansão da tutela penal frequentemente esbarra em preocupações doutrinárias e constitucionais, especialmente quando envolve termos amplos e de difícil conceituação jurídica, como o “terrorismo” e o “domínio social estruturado”.

Por um lado, o Estado brasileiro obteve um novo arcabouço para enfrentar a interiorização das facções criminosas e o surgimento das chamadas “organizações criminosas ultraviolentas” com a aprovação da Lei nº 15.358/2026.

Por outro lado, minhas iniciativas buscam alterar o cerne de legislações estruturantes vigentes há uma década — como a Lei nº 13.260/2016.

A edição da Lei nº 13.260, em 16 de março de 2016, ocorreu sob forte coordenação institucional e pressão internacional direta.

Às vésperas da realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o Brasil encontrava-se sob a iminente necessidade de cumprir os ditames estabelecidos pelo Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI/FATF), órgão intergovernamental

responsável por ditar os padrões de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo global.

A ausência de uma tipificação própria do crime de terrorismo expunha o país a sanções econômicas e a riscos diplomáticos de grande envergadura.

Até aquele momento, a tradição jurídica brasileira relutava em tipificar o terrorismo de forma genérica devido à memória histórica do período ditatorial militar, quando o conceito foi utilizado pelo Estado para perseguir dissidentes e opositores políticos.

A solução encontrada pelo legislador em 2016 foi o desenho de uma norma com delimitações restritas e taxativas, buscando blindar as atividades legítimas de dissenso político e social.

A redação original do artigo 2º da Lei nº 13.260/2016 fixou que o terrorismo consiste na prática, por um ou mais indivíduos, de atos específicos com a finalidade de “proceder por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública”.

Esse mecanismo assegurou que ocupações de terras, greves gerais, protestos de rua e manifestações estudantis não fossem enquadrados na severa Lei Antiterrorismo (cujas penas base varia de 12 a 30 anos de reclusão), devendo eventuais excessos ou práticas de vandalismo ser punidos pelo Código Penal comum (como crimes de dano, lesão corporal ou associação criminosa). Era o que fora possível...

Entretanto, sancionada em 24 de março de 2026 pelo atual presidente, a Lei nº 15.358 (conhecida como Lei Raul Jungmann) alterou

substancialmente o Código Penal e o Código de Processo Penal, inaugurando uma nova fase na segurança pública nacional.

A norma foi concebida pelo Poder Executivo para preencher um vácuo no combate às milícias privadas e às facções criminosas hiper-armadas que exercem controle territorial sobre populações urbanas e rurais no Brasil.

O núcleo dogmático da Lei nº 15.358/2026 reside na criação e inserção de novas figuras delitivas voltadas ao sufocamento do controle territorial informal.

Tal Lei trouxe ferramentas processuais duras, sinalizando o endurecimento da execução penal. O que estou propondo? No último dia 29 de maio, apresentei na Câmara dos Deputados, sob a identificação de PL nº 2.730/2026, uma alteração estrutural profunda na Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016).

A proposta reformula o caput do artigo 2º da Lei nº 13.260/2016 para reinserir motivações de natureza ideológico-política. Assim, o terrorismo passaria a ser definido como, entre outros:

1. A prática de atos com a finalidade de intimidar gravemente a população, obrigar indevidamente os poderes públicos, ou uma organização internacional, a praticar ou a abster-se de praticar um ato, desestabilizar gravemente ou destruir as estruturas políticas, constitucionais, econômicas ou sociais fundamentais do país ou de uma organização internacional, influenciar as políticas de modo a constranger o funcionamento regular das instituições impulsionado por motivações políticas, religiosas ou sociais.

2. Atos de forte pressão popular, paralisações de infraestrutura e protestos contra políticas gover-

namentais sejam potencialmente enquadrados no tipo penal de terrorismo.

A inclusão de motivações de ordem política, religiosa ou social no caput do Art. 2º visa corrigir uma omissão histórica. Atos destinados a intimidar a população ou a coagir o poder público devem ser punidos com o máximo rigor, independente da roupagem coletiva que assumam.

Meu projeto também redefine o inciso IV da Lei Antiterrorismo para enquadrar como ato terrorista a sabotagem, destruição, inutilização ou apoderamento — inclusive por mecanismos cibernéticos — de meios de comunicação, transporte, portos, aeroportos, hospitais, escolas, estádios, instalações militares, refinarias de petróleo e gás, além de redes de atendimento bancário.

Assim, o crime de terrorismo não deve se restringir ao ódio racial ou religioso, mas abarcar qualquer ato deliberado de fratura da ordem constitucional e de coação dos poderes constituídos por meios violentos ou de sabotagem sistêmica.

Esse PL também se apoia em outras frentes, como o PL nº 878/2024 (que institui o Sistema Colaborativo de Segurança e Monitoramento Público e Privado - SIMON), que visa a capilarizar o controle e a vigilância de imagens privadas cedidas à polícia, justificando que a modernização tecnológica e o rigor legal devem andar juntos para restabelecer a ordem pública total.

Agora, o destino do PL nº 2.730/2026 é as comissões de Segurança Pública e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados e servirá como um termômetro definitivo para o futuro da democracia brasileira.

*Deputado Federal – PL/RJ

Luciana Santos*

Pesquisa, diagnóstico e dignidade: o compromisso do MCTI com a saúde da mulher

Governar com sensibilidade é transformar o conhecimento científico em dignidade e qualidade de vida para as pessoas. Por muito tempo, as dores e os desafios da saúde menstrual e da endometriose foram tratados sob o manto da invisibilidade, relegados a um silêncio que penaliza milhões de mulheres, trabalhadoras e estudantes brasileiras. Na última terça-feira (9), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em um esforço conjunto com o Instituto Alana, deu um passo histórico para mudar essa realidade.

Anunciamos um investimento expressivo de R\$ 60 milhões dedicado integralmente ao desenvolvimento de pesquisas e inovações para agilizar o diagnóstico e dar maior eficácia ao tratamento da endometriose, dor pélvica crônica e saúde menstrual. Colocamos, assim, a ciência brasileira no

centro da solução de um gargalo histórico do nosso Sistema Único de Saúde (SUS).

Este é o maior aporte da história do Ministério voltado para saúde da mulher e saúde menstrual. Estamos disponibilizando R\$ 50 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), por meio de uma chamada pública nacional, para apoiar pesquisas científicas de ponta e o desenvolvimento de tecnologias e produtos inovadores que mudem a realidade do enfrentamento da endometriose no Brasil.

Essa iniciativa ganha ainda mais força com a parceria estratégica do Instituto Alana, que aportará outros R\$ 10 milhões para a criação de uma rede nacional estruturante de pesquisa nessa área. Juntos, esses investimentos permitirão ampliar o conhecimento científico sobre a origem dessas doenças, fortalecer

grupos de pesquisa em todo o país, desenvolver novos métodos de diagnóstico, aperfeiçoar tratamentos, estruturar biorepositórios e compreender os impactos sociais e econômicos dessas condições.

A endometriose é uma doença que penaliza profundamente quem convive com ela. Além das dores físicas incapacitantes, impacta a saúde mental e a trajetória educacional e profissional das mulheres. Hoje, elas ainda enfrentam anos de espera para obter um diagnóstico correto, convivendo com estigmas e limitações que a ciência e a inovação brasileiras podem ajudar a enfrentar.

Com essa nova iniciativa, o MCTI reafirma a convicção de que a ciência deve estar a serviço da vida, do cuidado e da promoção da igualdade. Queremos promover a dignidade menstrual e garantir vida plena para milhões de brasileiras, produzindo

soluções alinhadas às demandas do SUS e fortalecendo o Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

No governo do presidente Lula, ciência e saúde andam de mão dadas. Desde o início da nossa gestão, já investimos mais de R\$ 6 bilhões em projetos na área de saúde, apoiando pesquisa, inovação e produção nacional de medicamentos, vacinas, equipamentos e insumos estratégicos para o SUS e reforçando a política industrial brasileira.

É a ciência brasileira mostrando sua face mais humana, mobilizada para responder às necessidades reais do nosso povo e para construir um país mais justo, inclusivo e soberano. Cuidar das mulheres é também cuidar do futuro e do desenvolvimento do Brasil.

*Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Julio Duram*

Inteligência Artificial no combate às fraudes

A era digital trouxe inúmeras conveniências, mas também amplificou os desafios relacionados à segurança e à fraude. No Brasil e no mundo, os golpes digitais se tornaram cada vez mais sofisticados, explorando vulnerabilidades tanto tecnológicas quanto humanas. Nesse cenário, a Inteligência Artificial (IA) emerge como uma das ferramentas mais poderosas para combater essas ameaças e proteger consumidores e empresas.

De acordo com a Febraban, as perdas com fraudes no sistema financeiro alcançaram R\$ 10,1 bilhões em 2024, representando aumento de 17% em relação ao ano anterior. Os números relacionados às fraudes digitais no Brasil são preocupantes e refletem a urgência de soluções eficazes.

A Inteligência Artificial está revolucio-

nando a prevenção e a detecção de fraudes de múltiplas formas. Para garantir a segurança máxima em processos de identificação digital, por exemplo, a tecnologia de prova de vida (liveness detection) utiliza algoritmos avançados de Inteligência Artificial e redes neurais profundas para validar a identidade em tempo real. Diferente de métodos tradicionais, essa solução processa o mapeamento volumétrico da face em três dimensões. Ela é capaz de distinguir com precisão milimétrica um ser humano presente de tentativas de fraude, como o uso de fotos, vídeos, máscaras realistas ou até deepfakes. Ao adotar esse modelo de processamento passivo, o sistema não apenas eleva o rigor da segurança cibernética, mas prioriza a

experiência do usuário. Essa inteligência reduz a necessidade de comandos repetitivos e garante uma autenticação fluida e à prova de ataques de apresentação.

Além disso, sistemas baseados em IA conseguem processar grandes volumes de dados instantaneamente, identificando padrões suspeitos e bloqueando transações fraudulentas antes que causem danos. Outro fator importante é que a IA pode analisar o comportamento do usuário e identificar anomalias sutis que passariam despercebidas por sistemas tradicionais. Modelos preditivos identificam padrões irregulares em transações financeiras, bloqueando automaticamente aquelas que fogem do comportamento habitual do cliente.

A adoção de tecnologias de IA para combater

fraudes está crescendo rapidamente. De acordo com pesquisa da Feedzai, 90% das instituições financeiras já utilizam IA para detectar fraudes. Além do mercado financeiro, outros setores como e-commerce e varejo online, seguros, telecomunicações e saúde já adotaram a tecnologia.

Para finalizar, a Inteligência Artificial representa uma mudança fundamental na forma como enfrentamos fraudes. Sua capacidade de processar informações em velocidade e escala sem precedentes, combinada com aprendizado contínuo e adaptação a novas ameaças, a torna indispensável no cenário digital atual.

*CPO da Certisign, empresa de tecnologia, provedora de serviços de confiança.

CORREIO ECONÔMICO

DA
REDAÇÃO

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Pesquisa destaca desafios para o próximo governo

CNI: redução de impostos e equilíbrio fiscal são prioridades

Empresários do ramo da indústria projetam como principais prioridades para a gestão 2027-2030 no Executivo federal políticas de natureza fiscal e tributária, como a redução de impostos, a consolidação da reforma tributária, a manutenção do equilíbrio fiscal e melhorias nas políticas de gestão pública. É o que aponta levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizado pela Nexus - Pesquisa e Inteligência de Dados e divulgado nesta segunda-feira (22). A importância dos temas mais "monetaristas" prevalece sobre as políticas industriais. A pesquisa foi feita com 1.003 executivos de empresas industriais de pequeno, médio e grande portes, em todas as regiões do país, no período de 7 de maio a 5 de junho.

Relação das políticas fiscal e política

"Quando a política fiscal e a política monetária não conversam entre si, as medidas para estimular o desenvolvimento produtivo se tornam menos efetivas. A indústria está pronta para fazer sua parte, mas precisamos de um Estado que escolha induzir o investimento produtivo, um Estado que planeje o desenvolvimento, fortaleça a produção e abra caminho para um Brasil mais próspero, inovador e de renda mais alta", disse o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Até maio, 42 milhões de pessoas embarcaram

País bate recorde em voos domésticos

O Brasil registrou um recorde na movimentação de passageiros domésticos nos primeiros cinco meses de 2026, segundo dados compilados pelo Ministério do Turismo e divulgados nesta segunda-feira (22) pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). De janeiro a maio, 42 milhões de pessoas embarcaram em viagens em território nacional, número 6% maior que os 39,8 milhões de passageiros registrados no mesmo período do ano passado. Foi a primeira vez na história que o Brasil ultrapassou a marca de 42 milhões de passageiros no período.

Resultado de maio acima da média

O resultado de maio também foi recorde: no mês, 8,31 milhões de passageiros voaram pelo Brasil – número 2% maior que os 8,16 milhões contabilizados em maio de 2025. A movimentação de maio de 2026 foi a maior desde o início da série histórica, em 2000. Para o ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, os números refletem "o excelente momento que o turismo brasileiro vive".

Aporte financeiro I

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou, na terça, uma nota oficial de posicionamento em apoio ao novo aporte financeiro destinado à política industrial do país. O anúncio foi recebido com entusiasmo pelo setor produtivo. Com o novo aporte, a NIB chega a R\$ 750 bilhões.

Aporte financeiro II

Segundo a entidade, o crédito com custo competitivo é fundamental para destravar investimentos, especialmente com foco em áreas estratégicas para a redução da vulnerabilidade externa, como a produção de fertilizantes, fármacos e o desenvolvimento de IA e tecnologias ligadas à transição energética.

Biometria I

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) informou que vai ampliar a exigência de cadastro biométrico para a concessão de benefícios previdenciários e assistenciais, como aposentadorias, auxílios e o Benefício de Prestação Continuada. A regra servirá para confirmar a concessão do benefício.

Biometria II

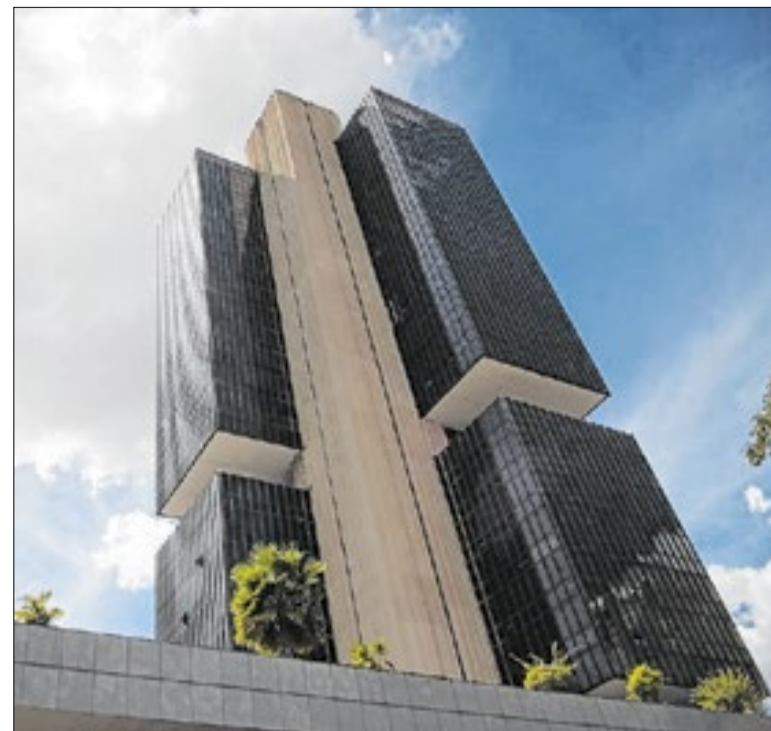
O objetivo é confirmar a identidade do beneficiário e impedir que terceiros recebam valores de forma indevida. Vale lembrar que a exigência já era aplicada desde 1º de setembro de 2024 nos requerimentos de BPC-Loas. a portaria diz ainda que são os benefícios de salário-maternidade; benefício por incapacidade; ou pensão por morte.

Restituição I

A Receita Federal liberou ontem a consulta ao segundo lote de restituição do IRPF, referente a junho de 2026. O crédito bancário será realizado ao longo do dia 30 de junho. Com R\$ 16 bilhões em créditos e 9.585.797 contribuintes contemplados, o lote é o maior em quantidade de contribuintes contemplados.

Restituição II

O órgão caminha para quitar os valores devidos à grande maioria dos declarantes já nos dois primeiros lotes de 2026. Somados, esses pagamentos deverão alcançar cerca de 80% do total estimado de restituições do ano. Considerando a soma dos dois primeiros lotes, serão contemplados 18,3 milhões de contribuintes.



A decisão consta na ata da última reunião, divulgada na terça

BC recomenda não reagir a choques de oferta

Autarquia mantém queda da Selic mesmo com inflação pressionada

Da Redação

A piora no cenário para a inflação não impediu o Banco Central (BC) de manter o ciclo de redução dos juros. O Comitê de Política Monetária (Copom) justificou o corte na taxa básica de juros, a Selic, sob a perspectiva de que as "melhores práticas" de política monetária recomendam não reagir integralmente a variações de preços geradas por choques de oferta, que são eventos inesperados.

A decisão consta na ata da última reunião, divulgada nesta terça-feira (23). No encontro, na semana passada, o colegiado cortou a Selic em 0,25 ponto percentual, passando de 14,5% ao ano para 14,25% ao ano – o terceiro corte consecutivo desde março. De junho de 2025 a março deste ano, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos.

De acordo com o documento, essas flutuações de preços envolvem incertezas relevantes, em especial, as pressões do conflito armado no Oriente Médio sobre os preços globais de petróleo e combustíveis, bem como os impactos climáticos ainda em projeção do fenômeno El Niño.

"No cenário atual, caracterizado por forte aumento da incerteza, o comitê reafirma serenidade e cautela na condução da política monetária, de forma que os passos futuros do processo de calibração da taxa básica

de juros possam incorporar novas informações que aumentem a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio, assim como seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços ao longo do tempo", diz a ata.

Em maio, o preço dos alimentos pressionou a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que fechou em 0,58%.

O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,72%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já fora da meta de inflação, que pode variar de 1,5% a 4,5%.

Na ata, a autoridade monetária pontuou que o atual cenário inflacionário de curto prazo é desafiador e tem sido pressionado por leituras mais altas do IPCA corrente.

Contudo, o BC enfatizou que a adoção de trajetórias de Selic menos discrepantes em relação às previstas pelos analistas de mercado é mais adequada por evitar a indução de volatilidade excessiva nos preços dos ativos financeiros e nos agregados macroeconômicos.

A previsão do mercado financeiro para o IPCA está em 5,33% este ano e 4,15% em 2027.

Durante o encontro, o Copom debateu simulações que contemplavam diferentes combinações de momentos de pausa e retomada do ciclo de juros.

JORNAL DE TURISMO

Paulo Pinto/Agência Brasil



Aeroportos registram forte movimento de passageiros

Aviação doméstica supera 42 milhões de passageiros

O turismo doméstico brasileiro segue em ritmo de crescimento. De janeiro a maio deste ano, 42 milhões de passageiros viajaram em voos dentro do país, um aumento de 6% em relação ao mesmo período de 2025. É a primeira vez que a aviação nacional supera essa marca nos cinco primeiros meses do ano. Apenas em maio, foram registrados 8,31 milhões de embarques, o melhor resultado para o mês desde o início da série histórica da Anac, em 2000. O desempenho reforça a força do mercado interno, que já havia garantido à aviação brasileira um recorde de mais de 100 milhões de passageiros domésticos em 2025. O avanço também confirma a recuperação e expansão da demanda por viagens em território nacional.

Mais que um recorde

O dado é relevante não apenas pelo tamanho do número, mas pelo que ele revela. O setor aéreo brasileiro vem acumulando recordes sucessivos desde o início de 2026, indicando que o crescimento deixou de ser uma recuperação pós-pandemia para se transformar em tendência. O desafio agora não é mais fazer o brasileiro voltar a viajar, mas garantir infraestrutura, conectividade e competitividade para sustentar esse avanço nos próximos anos.

Divulgação/ABAV



Ana Carolina Medeiros, presidente da ABAN Nacional

ABAV traça perfil inédito das agências

A ABAN Nacional divulgou os resultados do Censo ABAN 2025, estudo que traz um panorama atualizado das agências de viagens. O levantamento mostra um setor maduro e resiliente, formado majoritariamente por micro e pequenas empresas, que representam mais de 92% dos negócios. Outro dado relevante é a longevidade: 78,4% das agências estão em atividade há mais de cinco anos. O Censo também aponta uma mudança gradual do modelo tradicional de intermediação para uma atuação baseada em curadoria e atendimento personalizado.

Valor além da intermediação

As agências seguem relevantes porque aprenderam a se adaptar. Há décadas, o setor enfrenta desafios como a venda direta das companhias aéreas, a redução das comissões, a responsabilidade solidária, o avanço das plataformas digitais e a pandemia. Em vez de desaparecer, o segmento ampliou sua atuação e reforçou seu papel como especialista em experiências personalizadas.

POR
SÉRGIO NERY

Curadoria

O estudo da Abav aponta crescimento de segmentos como ecoturismo, luxo, gastronomia e viagens de celebração. A tendência atesta a migração das agências para modelos baseados em especialização, relacionamento e curadoria, reduzindo a dependência da simples venda de passagens e hospedagens.

Movimento

O bom momento da aviação aparece também no fluxo total dos aeroportos brasileiros. Segundo o MPor, o país registrou 51,5 milhões de passageiros de janeiro a maio, somando voos domésticos e internacionais. O resultado, impulsionado pelos dois mercados, foi o melhor da série histórica para o período.

Recorde

O turismo corporativo faturou R\$ 6,06 bilhões entre janeiro e maio de 2026 - alta de 10% em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados da Abracorp apontam o melhor resultado da série histórica iniciada em 2022. O mês de maio também registrou recorde, com movimentação de R\$ 1,18 bilhão.

Conexões

A Copa Airlines completa 15 anos de operações em Brasília. Entre janeiro e abril deste ano, mais de 28 mil passageiros embarcaram na rota entre a capital federal e a Cidade do Panamá, um crescimento de 10% em relação ao mesmo período do ano passado. No primeiro trimestre deste ano, a ocupação média dos voos na rota chegou a 93,2%.

Reconhecimento

O Brasil conquistou o prêmio de Melhor Estande Internacional da BTL 2026, uma das principais feiras de turismo da Europa, realizada em Lisboa, Portugal. Coordenado pela Embratur, o espaço destacou a diversidade de destinos brasileiros e as experiências oferecidas ao turista internacional que visita o país.

Maranhão

O Governo do Maranhão promove nesta semana uma press trip com jornalistas de cinco veículos nacionais para divulgar os Lençóis Maranhenses e o São João do estado. A programação inclui agendas sobre desenvolvimento econômico, sustentabilidade, inovação e políticas públicas do governo estadual.



Praia de Copacabana segue atraindo estrangeiros para o Rio

Rio lidera avanço do turismo internacional

Destino turístico supera 1,2 milhão de visitantes em 2026

Da Redação

O Rio de Janeiro segue como principal vitrine do Brasil para o turismo internacional. De janeiro a maio deste ano, a cidade recebeu mais de 1,2 milhão de visitantes estrangeiros, resultado que representa crescimento de 17,4% em relação ao mesmo período de 2025. Os dados são da Prefeitura do Rio, por meio da Riotur e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, com base em informações da Embratur.

O desempenho mantém o Rio como principal destino de entrada dos visitantes internacionais no país. Do total de 4,8 milhões de turistas estrangeiros que desembarcaram no Brasil nos cinco primeiros meses de 2026, 25,1% tiveram a capital fluminense como destino. Na prática, um em cada quatro visitantes internacionais que vieram ao país escolheu o Rio.

Embora a cidade ocupe historicamente posição de destaque no imaginário dos viajantes estrangeiros, os números recentes mostram uma aceleração consistente desse fluxo. O crescimento acompanha uma sequência de recordes observada desde o ano passado e reflete fatores como a ampliação da conectividade aérea, a recuperação dos mercados emissores da América do Sul e o fortalecimento das ações de promoção do destino no exterior.

Símbolos mundialmente conhecidos, como o Cristo Redentor, a praia de Copacabana e o calendário de grandes eventos continuam entre os principais atrativos. Mais do que um destino, o Rio representa para muitos estrangeiros o primeiro contato com a cultura, a paisagem e o estilo de vida brasileiros.

O avanço do turismo internacional também produz reflexos na economia. O aumento da circulação beneficia hotéis, bares, restaurantes, equipamentos culturais e o comércio local. Além de movimentar a cadeia produtiva do turismo, o crescimento do fluxo contribui para a geração de emprego e renda em diversos segmentos ligados ao setor.

O resultado coloca o Rio como um dos principais destinos turísticos da América Latina. A combinação entre patrimônio natural, infraestrutura turística, agenda cultural e capacidade de promoção internacional ajuda a explicar por que a cidade continua atraindo visitantes em ritmo superior ao observado em anos anteriores.

Os números mostram que a cidade segue exercendo seu papel histórico como principal cartão-postal do país. A diferença é que essa vocação vem sendo acompanhada por resultados cada vez mais expressivos nas estatísticas do turismo internacional, consolidando um momento especialmente favorável para o setor.

CORREIO NO MUNDO

DA
REDAÇÃO

UNFPA/Milékem Diarassouba



Relatório alerta para a violência generalizada e sistêmica

ONU pede fim da violência com mães pelo mundo

O relatório da especialista independente da ONU, Reem Alsalem, alerta para a violência generalizada e sistêmica que mães enfrentam no mundo. A especialista cobra a adoção de medidas legais para proteger meninas e mulheres desse fenômeno que classifica como invisível, desde exploração econômica até abusos físicos e reprodutivos. A desvalorização da maternidade costuma ser encarada pela sociedade como uma escolha estritamente privada, e não como um bem público. No relatório apresentado ao Conselho de Direitos Humanos, Alsalem examinou as causas desse cenário. A relatora enfatizou que as mães estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação.

'Penalidade da maternidade'

O documento detalha o campo econômico, com a existência da chamada "penalidade da maternidade", refletida diretamente na disparidade salarial e nas barreiras para a progressão na carreira. O relatório também denuncia a violência obstétrica e reprodutiva, abusos físicos e sexuais, além de danos psicológicos profundos. O cenário se agrava em regiões de conflito armado, onde muitas mães têm sido alvo deliberado de ataques.

ONU/Loey Felipe



Reem Alsalem fala de campanhas educativas

Grupos em situação de vulnerabilidade

Além disso, elas sofrem o impacto causado pelos recentes cortes na assistência humanitária e de desenvolvimento global. A violência não atinge todas as mulheres da mesma forma. Grupos em situação de vulnerabilidade, como mães indígenas, migrantes, refugiadas, adolescentes, encarceradas, solo, lésbicas, profissionais do sexo e mulheres com deficiência são as mais afetadas. O texto alerta ainda que os impactos desses abusos também afetam os filhos, perpetuando ciclos de trauma através das gerações.

Licença-maternidade remunerada

Para reverter esse quadro, a especialista defende que o primeiro passo é dar visibilidade jurídica a essas mulheres. Categorizar mães como detentoras de direitos na legislação e desenvolver políticas direcionadas que reflitam suas necessidades específicas. Entre as recomendações práticas feitas aos Estados-membros estão a garantia de licença-maternidade remunerada.

Ebola

Com o número de casos confirmados de Ebola a atingir os 1.000 em todo o mundo, estima-se que 2,95 milhões de crianças e adolescentes com 18 anos ou menos – representando 54% da população em 31 zonas de saúde afetadas – estejam em risco devido ao próprio Ebola e à falha dos serviços essenciais.

Alerta

Os dados são referentes ao leste da República Democrática do Congo (RDC), alertou o UNICEF. "Nossas equipes em Ituri encontraram crianças que perderam suas mães e, em alguns casos, ambos os pais, para o Ebola", disse a diretora executiva do UNICEF, Catherine Russell.

Epicentro

Embora permaneça instável, crianças e adolescentes são aproximadamente 15% dos casos confirmados de Ebola e mais de 25% das mortes confirmadas no leste da RDC até 19 de junho. A província de Ituri, particularmente as zonas de saúde de Mongbwalu, Rwampara e Bunia, continua sendo o epicentro dos casos.

Creche

A primeira creche foi inaugurada recentemente com o apoio do UNICEF – um espaço seguro que oferece cuidados e proteção para bebês e crianças pequenas que estão separadas de seus pais e responsáveis enquanto recebem tratamento em um centro de tratamento de Ebola. Espera-se que mais duas creches sejam inauguradas em breve.

Vulneráveis

As crianças em Ituri já eram vulneráveis antes do surto. Mais da metade das crianças menores de cinco anos sofrem de desnutrição crônica, e as taxas de imunização são baixas, com mais de uma em cada cinco nunca tendo recebido a primeira dose da vacina contra difteria, tétano e coqueluche.

Risco

Além da infecção e da perda de pais e cuidadores, as crianças enfrentam estigma e sofrimento psicossocial. Surto de doenças infecciosas também aumentam o risco de violência, incluindo violência sexual, contra mulheres e meninas. As crianças também podem perder acesso aos serviços de saúde e vacinação.



Horários de funcionamento da Torre Eiffel são alterados

Calor fecha atrações e coloca Europa em alerta

Com temperaturas perto dos 43°C, França muda rotina

Da Redação

A forte onda de calor que atinge a Europa já provocou ao menos 40 mortes por afogamento na França desde o dia 18 de junho, segundo informações do governo francês. A maioria das vítimas é formada por jovens que buscaram rios, lagos e canais para escapar das altas temperaturas.

Grande parte do território francês está sob alerta máximo, com termômetros próximos dos 40°C e previsão de até 43°C em algumas regiões. O país também registrou recentemente a tarde e a noite mais quentes desde o início das medições meteorológicas, em 1947.

A situação não se restringe à França. Reino Unido, Itália, Espanha e Suíça também enfrentam temperaturas excepcionais, que vêm causando transtornos nos sistemas de transporte, impactos na rotina das cidades e preocupações com a saúde da população.

De acordo com especialistas, as mudanças climáticas têm contribuído para a ocorrência de ondas de calor mais frequentes, intensas e duradouras. Na França, as condições atuais já são comparadas às registradas em 2003, quando uma histórica onda de calor resultou em milhares de mortes em diversos países europeus.

As autoridades seguem em alerta e orientam a população a evitar exposição prolongada ao

sol, manter a hidratação e redobrar os cuidados em áreas de banho não supervisionadas.

Torre Eiffel e Museu do Louvre

A onda de calor também tem afetado importantes pontos turísticos da França. Em Paris, a administração da Torre Eiffel e a direção do Museu do Louvre anunciaram a redução do horário de funcionamento devido às altas temperaturas. Os dois monumentos estão entre os locais mais visitados do mundo e adotaram medidas para proteger turistas e funcionários durante o período de calor extremo.

A Torre Eiffel, por exemplo, antecipou seu fechamento nesta terça-feira para as 16h (horário local), em vez das 0h45, horário habitual da alta temporada. O monumento, um dos principais cartões-postais do país, recebe cerca de 7 milhões de visitantes por ano, sendo aproximadamente 75% deles estrangeiros.

O Museu do Louvre, considerado o mais visitado do mundo, também anunciou mudanças em seu funcionamento. Entre quarta-feira e sábado, o local encerrará as atividades às 16h, duas horas antes do horário normal. Segundo a administração do museu, a medida foi adotada porque as temperaturas extremas estão tornando as condições de visitação e de trabalho mais difíceis para turistas e funcionários.

CORREIO ESPORTIVO

Daniel Torok/ Casa Branca

POR
MARCELO PERILLIER

Trump e Infantino no sorteio dos grupos da Copa

Trump vai entregar o troféu para o campeão da Copa

Gianni Infantino confirmou: Donald Trump vai entregar a taça à seleção campeã da Copa do Mundo. “Estaremos com o presidente aproveitando a final e entregando o troféu ao vencedor, é claro, juntos”, disse Infantino no programa de televisão “Fox and Friends”. Um perfil ligado à Casa Branca repostou o conteúdo no X. A final do torneio está marcada para Nova Jersey, no dia 19 de julho. Na Copa do Mundo de Clubes, em 2025, o presidente norte-americano entregou o troféu para o campeão, o Chelsea, da Inglaterra, sob um misto de aplausos e vaias. Pode ser que a história se repita no MetLife. Até agora, Trump não foi a nenhuma partida da Copa do Mundo, nem mesmo nos Estados Unidos.

Sem idas aos jogos na competição

Trump compareceu à final masculina do US Open de tênis, à Ryder Cup de golfe e às finais da NBA na região metropolitana de Nova York. Até agora, entretanto, não foi a nenhuma partida da Copa do Mundo. Foi representado por seu secretário de Estado, Marco Rubio, na primeira partida dos Estados Unidos no torneio, contra o Paraguai, em Los Angeles. O time norte-americano já está classificado para a fase do mata-mata.

Reprodução



Parreira fez quimioterapia em 2024

Parreira tem melhora, mas segue na UTI

Uma boa notícia para quem acompanha o futebol. O multicampeão Carlos Alberto Parreira já respira sem ajuda de aparelhos, mas ainda segue internado na UTI do Hospital Samaritano da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, sem previsão de alta. Ele está lúcido, só que precisa de cuidados. Em 2024, Parreira realizou quimioterapia para tratamento de um linfoma de Hodgkin. O técnico foi o comandante do Brasil no tetra, em 1994, e foi preparador físico no tri, em 1970. Nas duas ocasiões, tinha o seu fiel escudeiro, Mario Jorge Lobo “Zagaló”.

Um Tricolor de coração

No Brasil, ele dirigiu times como Internacional, Atlético Mineiro, Bragantino, Santos e Corinthians, mas foi no clube de coração, o Fluminense, onde teve uma das mais marcantes carreiras, sendo o comandante da equipe campeã da Série C do Brasileirão, em 1999, conduzindo o Tricolor das Laranjeiras para a elite do futebol novamente. Ele também foi preparador físico do clube, em décadas passadas.

Grupo J

Em partida brigada, mas pouco inspirada, na madrugada desta terça-feira (23), a Argélia derrotou a Jordânia por 2 a 1, de virada, em Santa Clara (EUA), eliminou a equipe estreante e conquistou sua primeira vitória na Copa. Na última rodada, enfrentam a Áustria na disputa direta pela segunda posição e vaga no mata-mata.

Noruega

A Noruega está classificada para o mata-mata da Copa do Mundo de 2026. Erling Haaland repetiu o desempenho da estreia contra o Iraque e marcou duas vezes também na vitória contra o Senegal, por 3 a 2. Com 6 pontos, os noruegueses garantem, pelo menos, o segundo lugar do Grupo I.

Remada viking

Os nórdicos presentes no MetLife fizeram festa nas arquibancadas com a “remada viking”, marca da torcida norueguesa, que, desta vez, contou também com a comissão técnica da equipe, no gramado. Um cena que ficará marcada nesta Copa do Mundo e, quem sabe para a história do torneio.

Goleiro verde

A Fifa atualizou o arquivo “Match Team Colours” da partida entre Escócia e Brasil. A Seleção mudou a cor do uniforme dos goleiros, de vermelho para verde. A CBF disse que o uniforme vermelho de goleiro nem existe em sua coleção. Vale ressaltar que contra Haiti, os arqueiros foram de rosa. No primeiro jogo, foram de preto.

Escócia

Com uma vitória por 1 a 0 sobre o Haiti e uma derrota pelo mesmo placar para Marrocos, a Escócia está na terceira posição do Grupo C, com três pontos. Um empate quase certamente assegura a classificação e mesmo uma derrota por diferença pequena no Hard Rock Stadium pode ser suficiente.

Treino

No último treino contra a Escócia, o Brasil foi à campo com 25 jogadores. Carlo Ancelotti pode ter definido o substituto de Raphinha. Dentre os mais cotados, a tendência é que seja Luiz Henrique. Porém, Rayan, Martinelli, Endrick e Igor Thiago correm por fora. Neymar vai estar no banco de reservas.



CR7 quebra recordes nesta Copa do Mundo

CR7 comanda vitória de Portugal e passa Eusébio

Cristiano Ronaldo vira o maior artilheiro português em copas

Marcelo Perillier

Aos 41 anos, Cristiano Ronaldo provou que ainda tem muita lenha para queimar. Mesmo com uma atuação apagada contra Congo, o craque comandou a náu lusitana para a vitória de 5 a 0 contra o Uzbequistão, quebrando vários recordes. Com o resultado, Portugal chega aos 4 pontos no grupo K e luta pela liderança contra a Colômbia, na última rodada.

Cristiano abriu o placar aos seis minutos. Nuno Mendes ampliou em cobrança de falta aos 16. Ainda antes do intervalo, CR7 marcou novamente. No segundo tempo, um gol contra de Khusanov e um chute de Rafael Leão sacramentaram o placar.

Para o treinador Roberto Martínez, a equipe se portou bem na partida

“Há momentos em que precisa-se de jogos como o primeiro jogo para poder crescer no torneio. Hoje vimos uma equipa já com a mesma atitude, o mesmo esforço, mas com uma maturidade. Já ficou fora da estreia, da emoção de chegar ao Mundial”, afirmou.

Nuno Mendes destacou a superioridade de Portugal desde o início do jogo, não dando oportunidade para o adversário

“Marcar muitos gols no jogo dá muito mais motivação à equipe. Hoje foi o caso, muito contente, contente também por

controlar o jogo, fazer o que temos que fazer, que é ter bola, controlar todos os momentos do jogo, tanto ofensivo como defensivamente”, disse.

E o craque português, desabafou depois de muitas mensagens negativas sofridas depois da estreia contra o Congo.

“Foi uma semana difícil, uma semana escura, parecia que eu já estava aposentado do futebol, mas aguentei-me, como aguento sempre, porque acredito mais no trabalho”, relatou o camisa 7.

Recordes quebrados

Com os dois gols, ele superou Eusébio, tornando-se o maior artilheiro de Portugal na história das Copas do Mundo, com dez gols. Além disso, virou o segundo jogador mais velho a marcar na competição, com 41 anos e 138 dias. O recorde será dificilmente quebrado, já que o lendário camaronês Roger Milla marcou o gol de honra na goleada que Camarões sofreu da Rússia por 6 a 1, em 1994, aos 42 anos e 39 dias. Para completar os recordes, CR7 é o primeiro jogador a marcar tentos em seis edições diferentes da Copa.

Cristiano Ronaldo ainda pode obter outros dois recordes: ser o jogador mais velho a marcar gol em mata-mata (que nesta edição tem uma fase a mais) e igualar o argentino Batistuta em hat-tricks (3 gols na mesma partida) em edições de Copa diferentes.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

O dia que o Rio roubou o protagonismo da abertura da Copa e iluminou o obelisco de Buenos Aires de Verde e Amarelo

Reprodução



O jornal O Globo immortalizou a ação com uma gigantesca foto na primeira página

■ No último dia 10 junho, completaram-se 12 anos de uma iniciativa do Rio de Janeiro que marcou a relação entre o Brasil e a Argentina. Foi na véspera da abertura da Copa do Mundo de 2014, realizada no Rio. Algo impensável ocorreu naquele dia. O mais importante símbolo da nação argentina ficou duas horas iluminado com as cores verde-amarelo em homenagem ao Brasil. Seria algo semelhante ao Palácio do Planalto ficar duas horas iluminado com as cores da Argentina. Foi um feito que merece ser revivido e uma história que precisa ter os bastidores revelados pela primeira vez na história.

■ Para se ter uma ideia da dimensão do fato que teve como protagonista o Rio de Janeiro, é preciso primeiro dar a dimensão do significado do Obelisco da Avenida Nove de Julho para o povo argentino. Só assim é possível se ter uma dimensão da audácia e do ineditismo deste momento.

■ O Obelisco de Buenos Aires, localizado no cruzamento da Avenida 9 de Julho com a Avenida Corrientes, é o monumento mais emblemático da capital argentina e é um marco de orgulho nacional. Representa a capitalização da cidade e a unificação da República Argentina. A homenagem de todas as províncias (estados) argentinas existe de forma visual ao redor do monumento: a Plaza de la República (a praça circular onde o Obelisco está localizado) possui os escudos de todas as províncias desenhados ou destacados no próprio solo e nas flores ao seu redor.

■ O Obelisco foi iluminado com as cores do Brasil no dia 10 de junho de 2014. O evento foi um marco histórico de diplomacia esportiva que surpreendeu o mundo às vésperas da Copa do Mundo de 2014.

■ A ação foi planejada de forma síncrona: enquanto o Obelisco de Buenos Aires brilhava em verde e amarelo, o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, foi iluminado simultaneamente com o azul e o branco da bandeira argentina.

■ A ação celebrou o Dia do Fair Play (espírito esportivo). O objetivo das secretarias de Turismo do Rio de Janeiro e de Buenos Aires era mostrar que, apesar da imensa rivalidade no futebol, os países vizinhos mantinham laços fortes de união, respeito e parceria econômica/cultural.

■ Os monumentos mantiveram as cores trocadas por um curto período de duas horas (das 20h às 22h). Isso evitou que a provocação ou o estranhamento visual gerassem maiores problemas logísticos ou protestos locais.

■ A reação da mídia e do público foi de absoluto espanto, misturada com admiração pela ousadia do marketing institucional. Veículos de comunicação de todo o mundo destacaram o evento como “histórico” e “inacreditável”. Jornais europeus e americanos brincaram que ver o Obelisco verde-amarelo e o Cristo albiceleste era a prova definitiva de que o clima de Copa do Mundo quebrava qualquer barreira cultural e geográfica.

■ Os jornais locais trataram o tema com muito humor e ironia. Portais argentinos publicaram manchetes destacando o choque visual de ver seu maior símbolo com as cores do maior rival, enquanto a cobertura brasileira no Globo Esporte (ge) enfatizou o “pacto de paz” selado pelas luzes antes de a bola rolar.

■ O jornal O Globo immortalizou a ação com uma gigantesca foto na primeira página. Sem

dar maiores detalhes, estampou a foto como algo inédito e surpreendente. Era a véspera do primeiro grande evento internacional esportivo que o Rio sediaria. Primeiro a Copa, e depois os Jogos Olímpicos de 2016. As atenções do mundo se voltavam para o Rio.

■ A clipagem da mídia ocupou 10 volumes, com reportagens em dezenas de idiomas e jornais de todo o planeta. Foi uma notícia planetária que colocou o Rio em evidência na abertura da Copa do Mundo. Vale lembrar que somente quando houvesse o jogo final, o Rio estaria na berlinda, já que a abertura, no dia 12 de junho de 2014, estava marcada para São Paulo, no estádio do Corinthians. Literalmente o Rio roubou a cena.

■ A HISTÓRIA SECRETA - O Correio da Manhã revela os bastidores deste evento. Um momento em que a fonte principal é o próprio publisher do jornal, que, na época, ocupava a Secretaria de Turismo do Estado do Rio. Claudio Magnavita recebeu no seu gabinete da Setur, na rua Acre, no Rio, dois meses antes da Copa, Jaime Rios, diretor da Inprotur (equivalente à Embratur no Brasil) com um pedido: “queremos fazer algo impactante para a Copa do Mundo no Brasil e no Rio, onde a Argentina faria o seu primeiro jogo contra a Bósnia, disse Rios. Na mesma hora Magnavita, que cultivava laços de amizade com a Argentina através de uma parceria do Jornal de Turismo com o Mensajero Turístico (semanário especializado em turismo), retrucou: “vamos mostrar ao mundo que dois grandes adversários no futebol podem ser amigos fora do campo. Vamos fazer o dia do Fair Play. Faremos duas solenidades simultâneas. Nós iluminamos o Cristo Redentor com as cores da Argentina e vocês iluminam o Obelisco com as cores do Brasil. Vai ser notícia em todo o mundo”.

■ Os dois apertaram as mãos e concordaram. Começava ali uma maratona que todos julgavam impossível.

■ O Cristo Redentor pertencia à arquidocese do Rio e até naquele momento nenhuma iluminação comemorativa havia sido feita no monumento. O sistema de iluminação especial ainda estava sendo montado. Depois daquele 10 de junho, iluminar o Cristo virou uma praxe para grandes eventos. A missão número 1 era convencer o Cardeal D Orani Tempesta.

■ No lado Argentino, a missão era convencer a prefeitura de Buenos Aires, a quem cabe a gestão do Obelisco. Só que havia um “pequeno problema”: o prefeito de Buenos Aires era Mauricio Macri, adversário de Cristina Kirchner, então presidente da República. A ideia era explosiva e poderia encontrar resistência.

■ Nos dois lados havia uma dificuldade enorme: convencer a igreja e convencer o adversário da presidente. A corrida contra o relógio começava.

■ Magnavita foi recebido por D Orani, que chamou o padre Omar, reitor do Santuário. Depois de um longo discurso sobre fraternidade, paz universal e exemplo de convivência, o cardeal concordou.

■ No lado argentino as coisas andavam com o mesmo tom. Só uma semana antes do evento que o prefeito Macri deu o sinal verde.

■ O secretário de Turismo do Rio levou para o então chefe da Casa Civil do Estado, Leonardo Espíndola, o projeto e recebeu apoio e a verba para que a SR-COM, empresa licitada de eventos do estado, executasse o projeto. Transmissão ao vivo e simultânea entre o Rio e Buenos Aires, um pódio exatamente idêntico no qual as autoridades apertariam simbolicamente o botão iluminando os dois monumentos.

■ Na Argentina, os sinais eram positivos. Jaime Rios e o ministro do Turismo, Enrique Meyer, estavam nas mãos de Macri. Com a confirmação do sinal verde da Igreja, as coisas andaram. Afinal, qual argentino não queria ver o Cristo Redentor com a cor azul celeste?

■ “Acatei uma sugestão de Espíndola que me disse que seria melhor eu entrar para história como o brasileiro que iluminou o Obelisco da Nove de Julho do que o que iluminou o Cristo”. O chefe da Casa Civil me disse “eu se fosse você iria para Buenos Aires e deixaria o seu subsecretário no Rio. Se quiser ir, a viagem está autorizada”.

■ “No dia 10 de julho, às 5 da manhã, decolamos para Buenos Aires. Fui com Cesar Werneck, então diretor da Turismo. Jaime Rios nos pegou no Aeroparque, fomos para uma visita técnica e, na sequência, audiência com o embaixador do Brasil, Everton Vieira Vargas, na chancelaria brasileira na própria 9 de julho”, relembra Magnavita.

■ Quando eles, Magnavita e Rios, chegaram no Obelisco, tomaram um susto. Ao lado do equipamento técnico que estava sendo montado havia se formado um acampamento de “sem terras”, que faziam protestos sobre a questão latifundiária no país. Imaginem dezenas de jornalistas e autoridades ao lado de um acampamento de protesto... O cenário explosivo estava armado.

■ Apavorados, os dois olharam juntos para o Hotel Panamericano. Ele ficava a pouco mais do que duas centenas de metros do local e tinha um terraço panorâmico. O 5 estrela topou na hora receber a solenidade e salvou o evento. Fez muito mais: iluminou sua própria fachada de verde e amarelo e ofereceu um coquetel.

■ Na hora da solenidade, surge um problema inusitado: uma névoa no topo do Cristo Redentor não permitia que a imagem fosse vista até pelas autoridades presentes. Os anfitriões eram o então subsecretário de Turismo do Rio, Carlos Luís Martins (ex-presidente da Varig), e o presidente da Embratur, Vicente Neto, que sucedeu Flávio Dino. Era como se o Cristo se recusasse a ser visto com as cores da Argentina.

■ Por sorte, o sinal da transmissão caiu, até por conta das condições meteorológicas, e toda a solenidade foi realizada sem as imagens do Rio para Buenos Aires. Na hora programada, a névoa sumiu e o espetáculo ocorreu nas duas cidades.

■ Como o centro de mídia estava no Rio, estavam no Cristo centenas de jornalistas estrangeiros. As agências noticiosas deram cobertura planetária ao evento e no dia seguinte estava na primeira página de todos os jornais, sites e matérias sobre a Copa do Mundo.

■ Uma ideia simples, protagonizada pelo Governo do Estado do Rio com o Governo argentino, que rodou o planeta.

■ O Cristo trouxe sorte para a Argentina. Ela disputou no Maracanã o jogo final com a Alemanha e o Rio foi invadido por milhares de argentinos que acamparam na Zona Sul e foram alojados no Sambódromo. Pior do que ter perdido para a Alemanha de 7 x 1, no campo do futebol a humilhação maior seria ver a Argentina Campeã do mundo no Maraca. FairPlay a parte, eles perderam para Alemanha e tiveram a solidariedade dos cariocas. A imagem do Obelisco Verde e Amarelo entrou para a história e é citada como exemplo da diplomacia no esportes até hoje.

Huguette Gallo



Instagram: @huguette.gallo
E-mail: huguette.gallo@gmail.com

Maria Rita celebra o legado de Elis Regina

Renato Nascimento / Divulgação

Maria Rita retorna aos palcos com a turnê 'Redescobrir Vol. 2', continuação de um dos projetos mais marcantes de sua trajetória artística. O espetáculo marca um reencontro emocionante da artista com canções que atravessam gerações e homenageiam grandes nomes da música brasileira.

O pré-lançamento da nova turnê aconteceu em uma apresentação especial no emblemático Auditório Araújo Vianna, em Porto Alegre, em um show carregado de emoção, memória e significado. A proposta apresenta ao público uma experiência íntima, construída a partir de um olhar contemporâneo sobre um repertório que faz parte da história da música nacional.

'Redescobrir Vol. 2' — ou simplesmente 'VOL 2', como Maria Rita costuma chamar o projeto — surge como uma homenagem às canções eternizadas por grandes compositores brasileiros e também interpretadas ao longo da carreira de sua mãe.

No palco, a cantora revisita essas obras com maturidade artística e novas perspectivas, preservando a essência das músicas en-



quanto amplia seus significados para diferentes gerações.

Vencedora de oito prêmios Grammy Latino, incluindo o de Artista Revelação em 2004 — sendo até hoje a única brasileira a conquistar esse reconhe-

cimento — Maria Rita vive este retorno aos palcos como um momento simbólico e profundamente pessoal.

O show acontece dia 25 de julho, às 22h, no Royal Palm Hall, em Campinas.



Chris Delmas/ Divulgação

O ator ao lado do diretor e cineasta Alejandro Iñárritu

Tom Cruise está de volta em 'Digger'

O astro Tom Cruise está pronto para salvar o mundo novamente. Mas, desta vez, com uma pitada de comédia. O longametrage 'Digger' traz o astro de volta às telonas em parceria com o aclamado diretor mexicano Alejandro González Iñárritu.

Segundo informações da mídia, Cruise interpreta um magnata do petróleo chamado Digger Rockwell. Nas imagens, ele aparece com um visual incomum: cabelos grisalhos, rugas profundas, uma barriga proeminente e um forte sotaque sulista.

Em uma comédia que desafia os limites da tragédia, a obra conta a história de Digger, o homem mais poderoso do mundo, que embarca em uma missão frenética para evitar que o desastre, que ele mesmo desencadeou, destrua tudo.

O filme é uma sátira descrita como uma mistura de drama, comédia de proporções catastróficas e reflexão moral. A obra marca o primeiro projeto original de Cruise em anos e sua primeira colaboração com Iñárritu.

A estreia nos cinemas está prevista para 2 de outubro deste ano.



Huguette Gallo

O IAC foi fundado em 1887 pelo imperador D. Pedro II

Festival de Sabores no IAC, neste sábado

O Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) recebe o 'Festival de Sabores', uma exposição voltada à valorização e divulgação dos produtos artesanais da região.

O evento acontece neste sábado (27), das 9h às 17h, na sede do Instituto, que fica na Avenida Barão de Itapura, 1481, e é aberto ao público.

Realizado com a participação da Defesa Agropecuária do

Estado de São Paulo, Diretoria de Pesquisa dos Agronegócios, do Sindicato Rural e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, o Festival reúne produtores, entidades e visitantes em um espaço dedicado à cultura, tradição e qualidade dos produtos artesanais paulistas.

O IAC foi fundado em 1887 pelo imperador D. Pedro II sob

a denominação de Imperial Estação Agrônoma de Campinas. Em 1892, passou para o Governo do Estado de São Paulo, que durante a primeira metade do século XX, fomentou a criação dos institutos científicos, resultando em um marco na história do estado, devido ao seu papel inovador e às suas ligações com o desenvolvimento industrial e econômico.